

# Acção **Socialista**

Nº 1254 - 18 Novembro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## SOARES EM PRÉ-CAMPANHA DE DIÁLOGOS E AFECTOS



### PARLAMENTO

**Aprovado  
Orçamento  
de Estado  
para 2006**

8 a 14

### DISCUSSÃO DO OE 2006

**Despesa  
pública  
desce pela  
primeira vez**



9

### GOVERNO

**Apresentado  
Plano Nacional  
de Crescimento  
e Emprego**

16

### SUPLEMENTO



## EDITORIAL

## SOARES APOSTA NOS PORTUGUESES E EM PORTUGAL

Com a coragem a que sempre habitou os portugueses, Mário Soares tem vindo nas últimas semanas a percorrer o país, de norte a sul e do litoral ao interior. Soares fala com as pessoas, estimula-as, acarinha-as, diz-lhes o que pensa do nosso futuro e do nosso país. Soares não se resguarda no silêncio, Soares aposta nos portugueses e em Portugal.

Mas afinal qual o Presidente de que precisamos? Um Presidente, na defensiva, que veja como correm as “coisas” para depois dar a sua opinião (sempre politicamente correcta), ou um Presidente que aponte o futuro e nos diga aquilo que pensa?

Hoje e tal como em 1985, Mário Soares é candidato a Presidente da República, depois de o PS ter sido forçado a arrumar o país e a restaurar a credibilidade das contas do Estado.

Hoje e tal como em 1985, Mário Soares partiu para o combate eleitoral com sondagens modestas e pouco animadoras.

Hoje e talvez mais do que em 1985, Portugal precisa da estabilidade política que nos permita a todos ter como úteis ao futuro os sacrifícios que Portugal nos tem pedido.

Mesmo não pertencendo à área política do PS, quase todos os portugueses reconhecem que Mário Soares desempenhou os seus dois mandatos presidenciais com independência, isenção e sentido de Estado.

Os portugueses, sabem ainda que, com Mário Soares, no dia seguinte às eleições, as lutas eleitorais terminam

e que o exercício do seu mandato será um factor de união entre os portugueses: Mário Soares que ganhou as eleições em 1986 por pouco mais de 130 mil votos ganhou e recuperou a confiança de quase todo o eleitorado durante os seus dois mandatos – sendo eleito em 1991 com mais de 70 por cento dos votos dos portugueses.

Mário Soares tem essa grande vantagem. Os portugueses conhecem-no. Conhecem a sua sinceridade e a sua grande capacidade para criar equipas vencedoras. Os portugueses e os socialistas sabem-no muito bem.



JORGE SEGURO  
SANCHES



*Hoje e tal como em 1985, Mário Soares é candidato a Presidente da República, depois de o PS ter sido forçado a arrumar o país e a restaurar a credibilidade das contas do Estado.*

## SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

## EXECUTIVO ANUNCIA O MAIOR AUMENTO REAL DOS ÚLTIMOS ANOS

A partir do dia 1 de Janeiro de 2006, o Salário Mínimo Nacional (SMN) passa a ser 385,90 euros. Trata-se de um aumento de 3 por cento que não só se traduz na maior subida dos últimos anos, como preserva ainda a produtividade da economia e a estabilidade das finanças públicas.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 14, à saída da reunião que o Governo manteve, em sede de concertação social, com os sindicatos e as confederações patronais e onde deixou claro que o aumento fica acima do valor previsto da inflação, situado nos 2,3 por cento.

Se as previsões do Executivo socialista relativas ao agravamento do custo de vida se confirmarem, haverá uma variação positiva do poder de compra dos cidadãos que auferem o SMN na ordem dos 0,7 pontos percentuais.

Actualmente, o SMN é de 374,70 euros, o que significa que os portugueses que auferem o referencial mínimo de remuneração contarão, no próximo ano, com mais 11,20 euros por mês.

“O aumento anunciado está de acordo

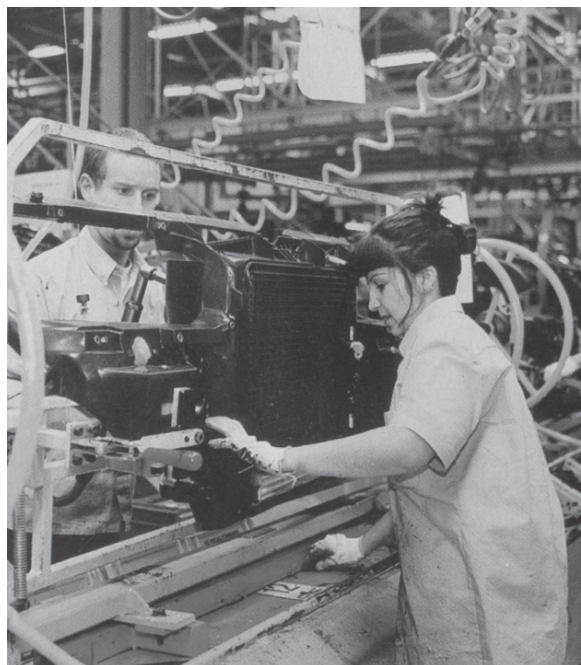
com as nossas preocupações com as finanças públicas, com a competitividade da economia e com os trabalhadores”, afirmou José Sócrates, para depois vincar que, em 2006, vai haver um aumento real desta prestação que atinge cerca de 5,5 por cento dos trabalhadores portugueses.

Sócrates, ladeado pelos titulares das pastas das Finanças, da Economia e do Trabalho e Segurança Social, após recordar que várias prestações sociais estão indexadas ao SMN, advogou que o aumento não podia ser superior, por forma a não desestabilizar as finanças nacionais

“Fomos tão longe quanto podíamos”, assegurou, avisando que a actual situação do país “não é o momento para aventuras”.

“Aumentos muito acima da inflação seria um erro caro para o sistema de segurança social”, mas “também não podemos pôr em causa a competitividade das empresas, disse o chefe do Executivo socialista.

A decisão do Governo dividiu os parceiros sociais, com as centrais



sindicais a considerarem o aumento insuficiente, as Confederações dos Agricultores (CAP) e do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) a declararem o seu acordo face à actualização e as Confederações da Indústria (CIP) e do Turismo (CTP) a manifestarem algumas reticências.

**Pensão mínima de reforma também sobe**

A título de exemplo do impacto em cadeia gerado pelo aumento do SMN em dezenas de prestações sociais a ele indexadas, conforme salientou o primeiro-ministro nas suas declarações, destaca-se a subida da pensão mínima. Assim, aqueles cuja carreira contributiva para a Segurança Social for inferior aos 15 anos regulamentares (um escalão que concentra 473.630 pensionistas) também vão beneficiar de um aumento de 3 por cento na sua reforma mensal. Isto significa que o actual valor de 216,79 euros passa, em 2006, para 223,49 euros, o equivalente a mais 6,70 euros por mês.

MAIS UMA PROMESSA CUMPRIDA

# GOVERNO INICIA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS



**Aprovada uma nova prestação extraordinária de apoio a todos os pensionistas com mais de 80 anos de idade em 2006 e que auferam menos de 300 euros mensais.**

O Executivo liderado por José Sócrates anunciou uma nova medida de apoio aos mais velhos, dando assim cumprimento a mais uma promessa eleitoral com que o Governo do Partido Socialista se apresentou ao eleitorado.

Com efeito, o Conselho de Ministro de 17 de Novembro aprovou na generalidade o "Complemento Solidário para os Idosos", uma medida que visa aumentar a eficácia no combate à pobreza dos pensionistas com mais de 80 anos de idade abrangendo deste modo um vasto conjunto de idosos que vivem actualmente com menos de 300 euros mensais. O seu valor é estabelecido por referência a um limiar pré-definido e a sua atribuição será alvo de uma diferenciação em função da situação concreta do pensionista que a requer, sujeita, todavia, a uma rigorosa avaliação dos recursos do proponente, nomeadamente quanto à pensão que usufrui, rendimentos do trabalho, capital próprio ou património.

Pretende-se assim, como adianta o Governo, beneficiar aqueles que estão efectivamente em situação de pobreza extrema, abrangendo esta nova prestação, que terá já aplicação na prática no próximo ano de 2006, os pensionistas com 80 ou mais anos de idade, prevendo-se que em 2009 esta medida se possa estender a todos os

pensionistas com mais de 65 anos.

Com este decreto-lei, agora aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, ambiciona o Governo aumentar e melhorar o combate à pobreza extrema dos estratos da população idosa com menores rendimentos, atenuando deste modo situações de maior carência vivida pelos mais velhos e de entre os mais velhos os que se encontram em situação de pobreza mais acentuada.

Como afirmou o primeiro-ministro na apresentação pública do "Complemento Solidário para Idosos", no Centro Cultural de Belém (CCB), com esta nova medida abre-se em Portugal uma nova geração de políticas ligadas à solidariedade social, facto que, como sublinhou, "vai finalmente ajudar a combater a pobreza extrema dos mais velhos que vivem actualmente com menos de 300 euros mensais".

Para José Sócrates, esta iniciativa deverá ser classificada como uma das mais ambiciosas e inovadoras em matéria de políticas sociais desde o 25 de Abril. O Governo prevê, com a introdução deste complemento solidário, abranger um universo de cerca de 300 mil pensionistas que deste modo vêem aumentar os seus rendimentos totais de forma significativa. De referir que, segundo estudos europeus, a insuficiência de recursos monetários tem um peso superior a 50 por cento no nível

de pobreza dos mais idosos, daí a extrema importância e significado desta medida agora aprovada pelo Governo socialista liderado por José Sócrates.

## Um primeiro passo

"Estamos a inaugurar uma nova geração de políticas sociais", afirmou o primeiro-ministro na sessão pública de apresentação deste programa.

Muito mais queremos e vamos fazer, adiantou José Sócrates, mas por agora "teremos que apostar numa estratégia sustentável face à realidade do país". Trata-se, como sublinhou, de concentrar recursos em quem mais precisa, "diminuindo assim, de forma mais rápida, a pobreza dos idosos".

E porque se trata de um primeiro passo, o Governo tem consciência, como referiu José Sócrates, de que muito há ainda a fazer para que o país possa responder de forma ainda mais eficaz e justa às inúmeras desigualdades existentes.

Mas porque o objectivo é de imediato chegar aos mais carenciados, uma vez que se sabe que entre os pensionistas nem todos se encontram num pé de igualdade semelhante, já que existem em alguns casos rendimentos extra-pensões que constituem um elemento significativamente diferenciador da situação de cada um, há, por isso, como referiu o primeiro-ministro, que ter em atenção a situação dos idosos isolados ou com famílias com baixos recursos que é distinta da dos outros que podem contar com famílias com maiores posses económicas ou com outro recursos patrimoniais mais elevados.

Os princípios por que norteia este

"Complemento Solidário para Idosos" passam pela atenuação das situações de maior carência, respondendo de forma célere às necessidades dos mais idosos, através de um acréscimo de rendimento que diminua de forma significativa o nível da sua privação, concentrando os recursos disponíveis nos estratos da população idosa com menores rendimentos, seguindo o princípio da aplicação da diferenciação positiva enquanto instrumento de justiça social.

Pretende-se ainda, com a introdução desta nova medida, determinar os rendimentos em função da dimensão e características dos agregados familiares, assim como activar políticas de solidariedade familiar enquanto um instrumento de concretização da coesão social.

## Devolver a dignidade aos idosos

O complemento solidário para idosos, que o Governo tornou público e que considera como um primeiro passo na inauguração de novas políticas sociais em Portugal, fixa a sua atribuição a um rendimento mínimo anual de 4200 euros, ou seja, 300 euros mensais. Esta nova medida de carácter social aponta para que em 2009 todos os pensionistas com 65 anos ou mais, e desde que o seu rendimento seja inferior a 300 euros mensais, passem a ser incluídos por este novo programa.

Como frisou o primeiro-ministro na sua intervenção no CCB, trata-se de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, a desenvolver de forma gradual e que no próximo ano de 2006, sublinhou, "deverá abranger todos os

pensionistas com idade igual ou superior a 80 anos, em 2007 atingirá aqueles que tenham 75 anos ou mais para que em 2009 possa chegar aos que na altura tenham 65 anos de idade".

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, defendeu entretanto que este complemento pretende constituir uma nova estratégia sustentável de mínimos sociais para os idosos, "abraçando métodos e princípios significativamente diferentes dos seguidos até agora", uma vez que o critério adoptado, lembrou ainda o responsável pela pasta da solidariedade, era "distribuir a todos os idosos os recursos disponíveis de modo relativamente indiferenciado".

Era impossível, adianta Vieira da Silva, prosseguir com esta estratégia. Se o fizéssemos, lembrou, "levaríamos 21 anos a convergir a pensão mínima do regime geral com o salário mínimo", algo que na perspectiva deste responsável governamental seria insustentável e indefensável do ponto de vista da solidariedade social.

Existem em Portugal, segundo dados oficiais, cerca de um milhão de idosos cujas pensões não chegam aos 300 euros mensais, algo que o Governo quer inverter até 2009 fazendo crescer o seu rendimento em perto de 20 por cento.

Contas feitas, e como disse o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, quando o programa estiver completamente em funcionamento, ou seja, quando passar a abranger todos os idosos com 65 ou mais anos, custará ao Estado cerca de 200 milhões de euros, despesa que deverá abranger cerca de 300 mil idosos.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

## PLENÁRIOS DE MILITANTES

# SOARES É O MELHOR CANDIDATO DA ESQUERDA

***A ideia de que Mário Soares é o melhor candidato da esquerda e com o perfil mais adequado para vir a ocupar a presidência da República foi a nota dominante dos plenários de militantes realizados recentemente em vários pontos do país, com a presença de dirigentes nacionais do PS.***

Mário Soares é "o melhor candidato da esquerda em geral", sustentou o dirigente socialista Augusto Santos Silva, salientando que o resultado das presidenciais "está em aberto", facto que atribui à apresentação da candidatura do fundador do PS.

"Ninguém sabe qual vai ser o próximo Presidente da República. Até ao passado mês de Julho todos os estudos de opinião davam o não candidato assumido, Cavaco Silva, como o próximo PR. Era um passeio triunfal. Agora não há uma única sondagem que dê por garantida a vitória de Cavaco Silva à primeira volta", disse Santos Silva, acrescentando que "foi a entrada em cena de Mário Soares que transformou uma coroação num a verdadeira eleição". Intervindo num plenário de militantes no auditório da Escola Superior de

Educação, em Castelo Branco, o dirigente do PS considerou ainda a primeira volta das Presidenciais, a 22 de Janeiro, como as "primárias" do candidato da esquerda. "A direita ou ganha à primeira volta ou não ganha. É impossível, nos termos da sociologia eleitoral portuguesa, que a direita ganhe à segunda volta", afirmou. Por outro lado, Augusto Santos Silva considerou que a coexistência das candidaturas presidenciais de Soares e Alegre resulta de dois erros, imputando um ao PS e outro a Manuel Alegre.

"Há dois erros. O primeiro, o PS achar que pode estar sempre a desafiar, para qualquer cargo que seja, quem não quer ser candidato e perder algum tempo com isso", disse.

"Chega a ser pitoresco, é uma mania que nós temos", acrescentou, exemplificando com os nomes de António Vitorino, Jaime

Gama ou António Guterres dados, no passado, como possíveis candidatos presidenciais.

Garantindo não conhecer todos os pormenores da questão interna socialista, "porque as versões são sempre muitas", frisou ainda que os dois erros "não podem ser assacados a Mário Soares".

O outro erro endereçou-o não ao PS mas a Manuel Alegre, já que, explicou, do ponto de vista político, há nas eleições presidenciais "um nível de decisão pessoal que é preciso ter e no tempo certo".

"Não posso ser protocandidato, candidato à segunda, terça e quarta, candidato se me derem mimo, ou afirmar que se me pedirem, talvez seja um acto poético", criticou Santos Silva.

"Não me parece que Alegre tivesse condições para potenciar uma candidatura suficientemente forte para a vitória. Não me parece que fosse uma candidatura ganhadora", acrescentou.

## ***Prestígio internacional***

A necessidade de uma forte mobilização em torno da candidatura de Mário Soares e de uma mensagem permanente junto do eleitorado dos "factores distintivos" do candidato apoiado pelo PS foram realçados por

Vitalino Canas num plenário de militantes realizado na Escola Superior de Educação, em Leiria.

Segundo Vitalino Canas, um dos "factores distintivos" de Mário Soares é o seu "prestígio internacional", que constitui uma mais-valia. "É preciso que o Presidente da República seja alguém com prestígio internacional, capaz de acentuar a projecção de Portugal na Europa e no mundo", disse.

Por outro lado, referiu, Soares, pela sua natureza "optimista" e "personalidade mobilizadora", é também quem está em melhores condições para "restaurar a confiança" entre os portugueses e os agentes económicos e sociais, e contribuir para "os objectivos do crescimento económico" do país.

O dirigente socialista destacou ainda o facto do fundador do PS já ter exercido o cargo de Presidente da República, o que, na sua opinião, é outro factor positivo, nomeadamente no que respeita à leitura dos poderes do chefe de Estado. "Já sabemos a leitura que tem dos poderes presidenciais. Assim, estamos tranquilos", disse.

Por último, Vitalino Canas referiu que a idade é outro "factor de vantagem" da candidatura de Soares. "A experiência adquirida ao longo da sua vida pública é a melhor garantia de estabilidade e

sensatez", afirmou, acrescentando que Mário Soares "venera a estabilidade política".

## ***Experiência acumulada***

Na Guarda, no auditório Passos da Cultura, realizou-se outro plenário de militantes, com a presença de Miranda Calha, que destacou a "experiência acumulada" de Mário Soares enquanto primeiro-ministro e Presidente da República em "momentos de crise essenciais" e a sua visão estratégica ao ser o obreiro da entrada de Portugal na então CEE.

No "actual quadro político", sublinhou, "não ter estas referências pode significar que se centralizem no Presidente outros intuítos, ou seja, uma opção que seja contrária aos poderes presidenciais definidos na Constituição".

É que, alertou, "há sectores da direita que defendem abertamente o reforço dos poderes presidenciais".

Para o dirigente do PS, Mário Soares "é a pessoa melhor posicionada e mais qualificada exercer o cargo de Presidente da República dentro dos parâmetros constitucionais", sendo a "sua vitória importantíssima para que se possa continuar a governar de uma forma correcta".

**J. C. CASTELO BRANCO**



# SOARES EM PRÉ-CAMPANHA DE DIÁLOGO E AFECTOS



***Demonstrando estar “em grande forma física” e “preparadíssimo” para a próxima batalha eleitoral, Mário Soares encontra-se, desde o passado dia 7 de Novembro, em digressão de pré-campanha pelo país.***

***Neste périplo nacional, o candidato apoiado pelo PS tem visitado vários concelhos dos distritos de Coimbra, Braga, Porto, Lisboa e Viana do Castelo, dialogando com as populações locais, empresários, trabalhadores e muito especialmente com jovens e crianças, com os quais trocou impressões sobre os assuntos de maior actualidade e interesse para o futuro de Portugal.***

Para o candidato, este arranque dinâmico da sua “campanha de afectividade e diálogo” prende-se com “a obrigação e o dever de ouvir os portugueses” num momento em que “há muitas dúvidas”

sobre o carácter da próxima eleição de 22 de Janeiro.

“Quero ouvir e falar directamente com as pessoas”, garantiu Soares um pouco por toda a parte, criticando directa e

fortemente quem pretende fugir ao debate de ideias e condicionar a avaliação do eleitorado pelo silêncio.

Para Mário Soares, o próximo chefe de Estado “não pode ser hirtó, distante e complexo”, mas alguém flexível e com uma cultura abrangente.

Nas declarações que fez no final de um almoço com as câmaras de comércio do Reino Unido e da Alemanha, em Lisboa, no passado dia 16, o fundador do PS criticou a entrevista que o seu adversário Cavaco Silva concedeu à TVI por considerá-la “uma cassetete repetida” que visa “pedir um cheque em branco aos portugueses”.

Perante os convidados das câmaras de comércio do Reino Unido e da Alemanha, Soares fez questão de lembrar que, “ainda recentemente, era considerado o pai da pátria” e que desde o anúncio da sua candidatura presidencial passara a ser referenciado como “um grande perturbador nacional”.

“Mas essa ideia está a esbater-se”, sustentou, defendendo, depois, que “é indispensável que o próximo chefe de Estado seja um político, porque o cargo é eminentemente político”.

“O Presidente da República não se pode confundir com um ministro das Finanças ou com um primeiro-ministro. Ele deve ter um perfil de um homem com flexibilidade e de proximidade em relação aos problemas das pessoas”, reafirmou, advogando que o exercício da Presidência exige “ter uma visão da História de Portugal” e ser “um super-embaixador do país em matéria de política externa”. Para Mário Soares, um Presidente da República “não pode ser hirtó, distante e complexo”, antes pelo contrário, precisa de ser “um exemplo de convivialidade” e de “falar de igual com todos os cidadãos” e ter capacidade de inovação.

Assim, se voltar, pela terceira vez, a ocupar o Palácio de Belém, Mário Soares garante que inovará no exercício da magistratura de influência face aos seus dois anteriores mandatos.

“Fui eu que, enquanto Presidente da República, inventei as Presidência s Abertas. Mas, se for eleito desta vez, não vou repetir aquilo que fiz no passado”, declarou, no dia 15, durante uma visita a uma escola do Ensino Básico de Queluz, concelho de Sintra, onde

saliou que “há novas formas de contactar de perto com os problemas das populações”.

“Terei de ouvir os especialistas sobre cada matéria, porque o Presidente da República não é nenhum iluminado que sabe sempre sobre tudo e a primeira posição de um chefe de Estado deve ser de humildade, sabendo ouvir”, venceu, já no final da sua deslocação aos centros de apoio a crianças e jovens da Junta de Freguesia de Monte Abraão.

Durante as várias horas que a visita durou, Mário Soares teorizou sobre o modo como entende o exercício da magistratura de influência no cargo de inovação. Durante as várias horas que a visita durou, Mário Soares teorizou sobre o modo como entende o exercício da magistratura de influência no cargo de inovação.

Na sua passagem por um espaço de ocupação de tempos livres para adolescentes, Mário Soares cruzou-se com toxicómanos e portadores do vírus da sida, ocasião em que defendeu a ideia de que “o desenvolvimento económico de um país deverá fazer-se sempre com coesão social”.

Também no decurso da sua visita a Queluz,



questionado pelos jornalistas sobre as manifestações de descontentamento dos militares face a algumas medidas governamentais, o candidato apoiado pelo PS defendeu que o Presidente da República deve ter um papel mais interventivo no conflito que afecta as Forças Armadas.

### **Terceiro mandato será ousado e inovador**

No mesmo dia, ao discursar num jantar de pré-campanha em Guimarães, Soares acusou o candidato presidencial apoiado pela direita de pretender "vingar" a derrota sofrida no confronto com Jorge Sampaio nas eleições presidenciais de 1995, assegurando, por seu lado, que vai fazer uma campanha eleitoral "inovadora e de proximidade com os portugueses".

Em Fafe, um dia antes, Mário Soares prometeu que se for eleito Presidente da República, fará um mandato "mais ousado e criativo" do que os dois anteriores.

No encontro com autarcas do concelho liderado pelo camarada José Ribeiro, Mário Soares centrou a sua intervenção nos temas europeus e na apresentação das razões que justificaram a sua candidatura.

Referiu-se, nomeadamente, à crise que se vive na Europa, dizendo que Portugal precisa de ter "uma voz credível" na Presidência da República, capaz de se fazer ouvir, e acrescentou que o país tem de vencer os desafios do alargamento da União Europeia, um dos quais é o da diminuição de verbas comunitárias.

Recordando o reconhecimento de que goza nos diferentes pontos do globo, o candidato salientou o carácter essencial do diálogo aos vários níveis da política nacional e internacional.

Na visita que realizou, no passado dia 14, ao concelho de Cabeceiras de Basto, Mário Soares insistiu na necessidade de se realizarem debates, defendendo que é da "discussão que nasce a luz" e manifestando-se por isso mesmo disponível para debater "a dois, a três ou a cinco".

Soares também fez referência à crise que se vive na Europa dizendo que é

necessário avançar no sentido da construção europeia.

"A Europa precisa de vozes fortes e actualmente há poucas que sejam escutadas, como acontece com a minha", alertou, acrescentando que embora não se aponte uma perda de liberdade nas democracias europeias, é preciso perceber que "a democracia se constrói e se aprofunda todos os dias, através do diálogo".

Neste sentido, o fundador do PS lembrou que é uma personalidade conhecida em toda a Europa, o que o torna "uma voz respeitada e ouvida", sobretudo num

momento de "impasse" como o actual na União Europeia.

Também em Viana do Castelo, Mário Soares defendeu uma campanha de diálogo e confronto de ideias, tendo saudado a ida para o terreno do seu concorrente Cavaco Silva, a quem desafiou para participar em debates e não se limitar apenas a abordar as questões financeiras, mas também de problemáticas políticas, sociais e morais.

"Desejamos ouvir a palavra dele, porque a campanha é para as candidaturas se confrontarem", afirmou, criticando o facto do seu opositor se ter "sempre

furtado ao diálogo".

Falando em Ponte da Barca, onde participou, no passado dia 13, numa jornada gastronómica dedicada às papas de sarrabulho, Soares disse que "ninguém pode ser eleito pelo silêncio" e citou o rei de Espanha para vincar que "é a falar que as pessoas se entendem". Sobre a sua candidatura, Soares assegurou que a sua tem carácter "nacional" e é apoiada por gente de outros quadrantes políticos, "por razões diversas e pelos imensos anticorpos que Cavaco Silva tem na sua área própria". No dia anterior, em Lisboa, o ex-Presidente da República desvalorizou o estudo de opinião da Eurosondagem que prevê uma vitória de Cavaco à primeira volta, explicando que a "realidade é dinâmica".

"As sondagens referem um retrato da sociedade num determinado momento, mas a sociedade é uma realidade dinâmica", afirmou Mário Soares ao falar no final de um jantar debate sobre "O futuro da Europa", no Centro Cultural de Belém, promovido pelo "Clube do Chiado".

Na ocasião, Soares manifestou-se contra a dramatização do problema do défice das finanças públicas e criticou a presença passiva de Portugal no âmbito da União Europeia.

Respondendo a uma questão formulada pelo economista João Ferreira do Amaral, Mário Soares discordou da atitude de se "dramatizar tanto o défice do país e de viver com só essa preocupação", lembrando que "Salazar resolveu o problema do défice em Portugal, mas o país, em termos de desenvolvimento,

## **PORTUGAL NÃO PRECISA DE UM TÉCNICO DE CONTAS**

Mário Soares garante que, se for eleito Presidente da República, estará em melhor posição do que qualquer outro candidato para evitar que em Portugal surja uma situação de conflito social semelhante à que se vive actualmente em França. Ao frisar que o surto de violência urbana que tem abalado os arredores de Paris ao longo das últimas semanas tem as suas origens "na existência de guetos de imigrantes e de exclusão social", Soares voltou a sublinhar a ideia segundo a qual o exercício da presidência da República não pode limitar-se à acção de um técnico de finanças.

"Não é através do controlo do défice — embora isso seja importante —, que se combatem os problemas sociais", afirmou, salientando de seguida que, para controlar as finanças públicas são nomeados os respectivos ministros.

"O país precisa de alguém que saiba compreender os factos e as suas causas, agindo em consequência e fazendo-se ouvir pelas pessoas", disse, depois de lamentar e condenar a forte onda de violência urbana que tem afectado os bairros pobres dos arredores da Cidade Luz, alastrando-se depois a outras cidades francesas.

Aos jornalistas que o acompanham no périplo nacional de pré-campanha, Soares disse que "têm de ser encontradas" soluções políticas para os problemas do desemprego e da exclusão social dos grupos de jovens envolvidos nos tumultos na França.

Segundo o ex-Presidente da República, "não é pela violência" de quem protesta — designadamente os filhos de imigrantes de origem islâmica —, que se obtém respostas satisfatórias do Governo".

Na sua perspectiva, "os governantes franceses deverão privilegiar medidas que possibilitem a inclusão de milhares de pessoas que habitam os subúrbios" das grandes cidades francesas.

Depois de referir que em Portugal "também existem guetos", Mário Soares defendeu ser possível fazer mais e melhor do que até agora se tem feito no nosso país para os evitar.

"Mas nós não temos aquela componente islâmica" na sociedade portuguesa, ressaltou, admitindo que esse factor dificulta a resolução dos problemas sociais na França.

**M.R.**



parou nos 48 anos em que ele esteve a governar".

Na sua paragem por Lisboa, no passado dia 10, o ex-presidente da República apresentou formalmente a lista dos seus

mandatários de candidatura (*ver caixa*). Na Estufa Real, no Porto, Mário Soares afirmou-se "muito satisfeito" com a viagem que fez ao Norte do país", onde garantiu ter testemunhado "um começo

de mobilização importante" em torno da sua candidatura.

"Há um dinamismo que se está a criar", frisou o antigo chefe de Estado.

Foi na sua passagem pela Cidade Invicta que o fundador do PS alertou os seus apoiantes para o "combate difícil" e "muitas vezes armadilhado" que vão travar até às eleições de 22 de Janeiro. "É preciso perceber que não há nenhum eleito à partida. Temos que trabalhar para merecer a vitória", disse Soares, no dia 9, na inauguração da sede distrital portuguesa da sua candidatura, uma sessão seguida de um debate em que o candidato criticou as visões "economicistas" de progresso e defendeu a adopção de modelos sociais e o desenvolvimento económico, à semelhança das bem sucedidas experiências dos países nórdicos. Também na sua visita ao Porto, o candidato apoiado pelo PS afirmou ter ficado "maravilhado" com a Casa da Música, considerando secundário o seu elevado custo de construção.

Para o candidato, que realizou esta visita na companhia da sua mandatária para a Juventude, Joana Amaral Dias, o que deve interessar aos portugueses é o facto da Casa da Música existir e ser "uma maravilha", pois "o que faz mudar o mundo são as ideias, não o dinheiro". "É uma casa de excelência que está ao nível, com certeza, do mais moderno que se faz na actualidade", frisou, deixando igualmente a mensagem de que é preciso ter "amor pela cultura" e que "nas chefias do Estado esteja alguém que se interesse por arte e ciência".

## Falência do Estado Social é uma mentira

No dia 8, em Braga, Mário Soares desmentiu o argumento da iminente falência do Estado Social, defendendo a continuidade do modelo social europeu por considerá-lo uma "grande conquista da humanidade".

"Os portugueses não devem acreditar naqueles que dizem que o Estado Social vai falir, pelo que tudo deve ser privado, na segurança social e na saúde", afirmou Soares durante um encontro com cerca de 150 pessoas, maioritariamente jovens, no Estádio Municipal.

"Quando ouvirem dizer isso é importante que saibam que é mentira", acrescentou, sublinhando que o problema da sustentabilidade do modelo social europeu já foi ultrapassado em cinco países.

Na sessão em que elogiou o estádio municipal, concebido pelo arquitecto bracarense Eduardo Souto Moura e em que marcaram presença o presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, e o eurodeputado do PS Sérgio Sousa Pinto, Soares respondeu a perguntas dos jovens sobre a liberdade, a Europa, os poderes presidenciais, as relações com Espanha e as desigualdades entre o litoral e o interior.

Disse que "Portugal tem uma grande História e um grande futuro", e salientou que o chefe de Estado "tem poderes fortíssimos, sendo um árbitro e um moderador".

Nas suas várias intervenções, Soares desafiou os jovens a interessarem-se pela política e deixou críticas aos chamados "economistas", defendendo a ideia de que o órgão presidencial é político por excelência.

Quanto às relações luso-espanholas, Mário Soares considerou-as "excelentes", prevendo ainda que a Espanha evolua para um modelo federal, o que, venceu, "não cria problemas a Portugal, que tem relações naturais com todas as regiões e nações espanholas".

Perante uma plateia onde se contavam também deputados do PS, simpatisantes e os autarcas de Braga, Guimarães, Cabeceiras de Basto, Fafe e Amares, o ex-Presidente manifestou "certeza" na vitória nas eleições de 22 de Janeiro, avisando: "Vou bater-me como um leão". Ainda no dia em que visitou o Porto, Mário Soares passou a manhã a conhecer as novidades literárias das suas livrarias preferidas e até aproveitou para comprar obras de autores que admira. Depois de percorrer títulos e capas de incontáveis obras, deparou-se com vários livros da sua autoria, incluindo um escrito a dois, com Sérgio Sousa Pinto.

Este livro, intitulado "Diálogo de gerações", foi aliás motivo para Soares falar de renovação de gerações.

Referindo-se à relação de amizade que mantém com Sousa Pinto desde que foram deputados ao Parlamento Europeu, o candidato confessou-se satisfeito por ter amigos de todas as idades, considerando que, em matéria de renovação, "ninguém tira o lugar a ninguém".

Para Mário Soares, "não há lugares predefinidos e quem escolhe é o povo". Questionado sobre se um Presidente da República necessita de ter uma biblioteca que abranja todas as áreas, o candidato explicou que essa opção

depende dos "interesses" de cada um, reconhecendo que os dossiês sobre economia não fazem parte das suas preferências, embora não hesitasse em garantir que sempre procura referências nos livros dos grandes economistas.

## Portugal mudou desde 2004

Em Coimbra, no arranque do seu périplo nacional de pré-campanha, Mário Soares explicou mais uma vez as razões que o levaram a voltar atrás na decisão tomada em 2004 de abandonar a vida política activa ao afirmar: "Achei que a situação política mudara. Ora mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e eu mudei também a minha".

Ao intervir num debate com estudantes, no histórico Café Santa Cruz, na Baixa de Coimbra, Soares deixou ainda bem claro que depois de sair do palácio de Belém, em 1996, "não estava disposto a ficar empalhado".

"Estava e estou curioso e como sem curiosidade não há sabedoria", disse, sublinhando de seguida a importância da participação dos jovens na vida política e da "preparação cívica dos portugueses" proporcionada desde o 25 de Abril.

Considerando que as associações de estudantes "são escolas de civismo", o candidato presidencial apoiado pelo PS evocou Salgado Zenha como um "grande amigo" desde o tempo da resistência ao fascismo.

Ao fim da tarde do dia 7, Mário Soares passeou pelas ruas da Baixa de Coimbra, tendo como anfitrião principal o eurodeputado Fausto Correia e reafirmando-se apostado numa "campanha afectiva" para regressar ao palácio de Belém nas eleições de Janeiro. "Não vou fazer discursos com grande marketing para ter cinco minutos nos telegorais", afirmou, garantindo que fará "uma campanha de proximidade" porque quer "tocar as pessoas pela afectividade" e "por ser capaz de as unir e acreditar em Portugal".

Falando perante centenas de apoiantes, depois de ter visitado a Critical Software, Soares descreveu esta empresa como um "êxito" na área das novas tecnologias e inovação.

Recorda-se que a Critical Software colabora com a NASA e emprega 150 pessoas, maioritariamente licenciados e alguns doutorados, tendo sido também visitada há um mês pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

Soares disse que esta é uma instituição de ensino superior "moderna e voltada para o futuro".

Ao recordar a cerimónia em que a Universidade de Coimbra lhe concedeu o grau de doutor *honoris causa*, no final do seu segundo mandato de Presidente da República, Mário Soares explicou por que aceitou a distinção académica, dizendo que a Universidade de Coimbra "simbolizou o espírito de Salazar" até ao 25 de Abril, assumindo-se, no entanto, nas últimas três décadas, como "a cidade do conhecimento" em Portugal "e eu considero-me o anti-Salazar".

Neste encontro usaram também da palavra Joaquim Gomes Canotilho, professor universitário e mandatário distrital da candidatura de Soares, e Fausto Correia, deputado do PS no Parlamento Europeu e director da campanha em Coimbra.

MARY RODRIGUES

## MANDATÁRIOS DA CANDIDATURA

Mário Soares apresentou, no passado dia 10, na Estufa Fria, em Lisboa, a lista de mandatários da sua candidatura à Presidência da República. Numa lista que reúne 26 reconhecidos nomes das mais diversas áreas da vida nacional constam:

Mandatário Nacional

**Vasco Vieira de Almeida**

Mandatária para a Juventude

**Joana Amaral Dias**

Mandatário para a Emigração

**Carlos Luís**

Mandatária para a Imigração

**Francisca Mascarenhas Lopes**

Porta-voz da candidatura

**Nuno Severiano Teixeira**

AÇORES

**Gustavo Manuel Soares Moura**

AVEIRO

**lídio da Costa Leite de Pinho**

BEJA

**José Luís Ildefonso Ramalho**

BRAGA

**António Manuel de Sousa Fernandes**

BRAGANÇA

**Graça Morais**

CASTELO BRANCO

**Maria João Pires**

COIMBRA

**José Joaquim Gomes Canotilho**

ÉVORA

**João Cutileiro**

FARO

**Adriano Lopes Gomes Pimpão**

GUARDA

**Rogério dos Santos Nabais**

LEIRIA

**Tomás Duarte da Câmara Oliveira**

LISBOA

**Maria João Seixas**

MADEIRA

**António Jorge Mammerickx da**

**Trindade**

PORTALEGRE

**Manuel Rui Azinhais Nabeiro**

PORTO

**Manuel A. C. Sobrinho Simões**

REGIÃO OESTE

**Diogo José Brochado de Abreu**

SANTARÉM

**Rui Manuel Monteiro da Silva**

SETÚBAL

**Joaquim José de Sousa Marques**

VIANA DO CASTELO

**Salvato Vila Verde Pires Trigo**

VILA REAL

**Jorge Manuel Teixeira de Azevedo**

VISEU

**Fernando Monteiro do Amaral**

M.R.

# FREITAS DO AMARAL SALIENTA VIRTUALIDADES DO ORÇAMENTO E DESMONTA ARGUMENTOS DA OPOSIÇÃO

A proposta de Orçamento para 2006, "pelas qualidades que comporta", bem como "pela falta de fundamento das principais críticas da oposição, merece amplamente ser aprovada por esta Assembleia", afirmou o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral.

Falando na sessão de encerramento do debate na generalidade da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2006, na Assembleia da República, Freitas do Amaral sublinhou que o PSD e CDS-PP "querem menos despesa pública, mas nunca dizem onde fariam os cortes mais substanciais", acrescentando: "Se esses cortes são, como dizem, necessários e possíveis, porque não os fizeram quando foram Governo?".

Socorrendo-se das estatísticas, o ministro lembrou que "o PSD governou 15 anos com maioria absoluta, sozinho ou em coligação, mas, apesar disso, a verdade é que, nesses 15 anos, a despesa pública cresceu sempre, de ano para ano, apenas com duas excepções, em 1994 e em 1995".

Por isso, disse, conviria perguntar "porque se exige de nós agora um caminho de que em larga medida discordamos, quando os crentes dessa fé não a praticaram quando detiveram o poder?".

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, também "seria útil" que o PCP e o Bloco de Esquerda, "sobretudo o primeiro", informassem o país "como é que se explica que, se as políticas

económicas e sociais de todos os governos estiveram sempre erradas, como dizem, Portugal tenha conseguido vencer todas as crises que enfrentou desde 1974, e o rendimento médio do cidadão português tenha aumentado 50 por cento nos 20 anos que decorreram até hoje desde a entrada do nosso país na então CEE".

E salientou ser "interessante notar que nunca, em 30 anos, qualquer partido da oposição votou a favor de um Orçamento apresentado por um Governo com apoio parlamentar maioritário".

Freitas do Amaral fez também críticas à postura dos sindicatos e das corporações, explicando, uma vez mais, que o Governo "não está a ofender os direitos dos trabalhadores, mas apenas a limitar excessos para acudir aos mais desfavorecidos que não podem ou não conseguem trabalhar".

Na sua intervenção, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros salientou ainda que a proposta de Orçamento do Estado foi elaborada em torno de quatro objectivos fundamentais: cumprir o acordado em matéria de redução do défice, criar condições favoráveis ao relançamento do crescimento económico, apostar na qualificação dos recursos humanos e promover o aumento do bem-estar social e da qualidade de vida do povo português, em especial das classes mais desfavorecidas.

E sublinhou que o quarto objectivo, traduzido numa expressão política mais



clara como "reduzir as desigualdades, ajudar os que mais precisam, combater a pobreza", é para o Governo "o objectivo mais importante", já que "é de todos o

mais humano, sendo nele que se consubstancia o nosso compromisso permanente com a justiça social". É que, sustentou ainda, "fazer política sem

fazer justiça social é o mesmo que escolher uma forma sem conteúdo, fazer um discurso sem substância".

J. C. C. B.

## SEGURANÇA SOCIAL

### COMBATE À FRAUDE PERMITIU DUPLICAR CRESCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

A aposta do Governo no combate à fraude na segurança social está a permitir duplicar o ritmo de crescimento das contribuições e ajudar a melhorar a sustentabilidade do sistema de pensões, afirmou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

No segundo dia do debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado para 2006, Vieira da Silva salientou que Portugal se encontra numa "situação efectivamente crítica" no sistema de segurança social, com défices no regime previdência e no regime contributivo, depois de vários anos de suborçamentação de despesas e de empolamento das receitas. Uma situação que, disse, obriga a "diversificar" as fontes de receitas.

Segundo o ministro, a prova da melhoria da eficácia do combate à fraude é a do crescimento à taxa de seis por cento das contribuições na segurança social nos últimos meses, acima das taxas de três por cento dos anos anteriores. Vieira da Silva defendeu ainda que o Orçamento do Estado para 2006 é um "orçamento de ruptura", pois apresenta um relatório sobre a sustentabilidade de longo prazo da segurança social e propõe um conjunto de medidas de curto e longo prazo para melhorar a sua sustentabilidade.

A receita da segurança social deve crescer no próximo ano 8,1 por cento, acima do crescimento de 7,5 por cento da despesa e o Governo decidiu consignar a receita do aumento da taxa máxima do IVA à segurança social. "Sustentar a segurança social pelo aumento da carga fiscal não me convence", acrescentou o ministro, sublinhando que tal medida foi necessária dada a situação difícil em que o Governo encontra as contas da segurança social.

Vieira da Silva afirmou que o Governo vai ainda apresentar mais medidas para melhorar a sustentabilidade do sistema, tais como a alteração da fórmula de cálculo de pensões, a introdução de mecanismos que permitam a flexibilização da idade da reforma e a diversificação das fontes de financiamento.

## FINANÇAS

### GOVERNO ARRECADA 18 MILHÕES EM COIMAS COM REFORÇO DA FISCALIZAÇÃO

O reforço da fiscalização, no âmbito da aposta do Governo no combate à fraude e evasão fiscais, já permitiu arrecadar até ao momento 18 milhões de euros em coimas relativas a 400 mil infracções que até Julho passado escapavam a sanções. Em comunicado, o Ministério das Finanças refere que a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) já notificou automaticamente, desde Julho passado, cerca de 560 mil contribuintes por infracções fiscais.

Deste conjunto, cerca de 400 mil infracções estavam ligadas a situações de incumprimento que até aí não vinham sendo sancionadas, casos que diziam respeito a atrasos ou incumprimento da entrega da declaração referente ao Modelo 3 do IRS relativos a 2003 e 2004, da declaração de rendimentos Modelo 22 do IRC dos exercícios de 2003, 2004 e 2005, bem como à falta de entrega do primeiro pagamento por conta do IRC de 2003, 2004 e 2005 e do pagamento especial por conta do ano de 2004.

"Destas novas 400 mil infracções detectadas e notificadas automaticamente, mais de 190 mil, 48 por cento do total, geraram o pagamento voluntário da

respectiva coima, num montante global de 18 milhões de euros, denotando uma crescente adesão dos contribuintes à regularização voluntária da sua situação perante a Administração Fiscal", salienta o comunicado.

O Ministério da Finanças adianta que até ao final do ano a DGCI vai instaurar os processos relativos à não entrega e à entrega fora de prazo das declarações de IRS e IRC retidos na fonte desde 2004, acrescentando que no início de 2006 serão instaurados os processos referentes à não entrega da declaração de rendimentos Modelo 22 do IRC.

A Administração Fiscal alargou desde Julho passado o procedimento automatizado da instauração de processos de contra-ordenação a diversas infracções fiscais, tendo ainda disponibilizado uma funcionalidade automática que permite aos contribuintes consultar na Internet os processos de contra-ordenação contra eles instaurados desde Fevereiro deste ano, mediante a utilização de uma senha individual.

Os procedimentos instaurados são diferentes consoante se trate do cumprimento da obrigação fora de prazo ou de situações

em que se verifica um incumprimento da referida obrigação fiscal.

No primeiro caso, e antes da instauração do processo contra-ordenacional, os contribuintes são notificados para pagarem uma coima reduzida.

Só em caso de incumprimento desse pagamento é que é instaurado o respectivo processo.

No caso em que se verifique um incumprimento da entrega da declaração, o processo contra-ordenacional é instaurado de imediato sendo, numa primeira fase, os contribuintes notificados para apresentarem defesa.

Nestas situações apenas haverá lugar à fixação de coimas quando não for apresentada defesa dentro do prazo concedido para esse efeito ou, tendo ela sido apresentada, tiver sido considerada improcedente.

"Prevê-se que, em 2006, sejam recuperados os atrasos na instauração de processos de contra-ordenação relativos a infracções fiscais e que, a curto prazo, a regra seja a de a penalização ocorrer num momento próximo ao da prática da infracção o que, aliás, tem vindo a suceder", lê-se ainda no comunicado.



JOSÉ SÓCRATES DEFENDE UM ORÇAMENTO VENCEDOR

# DESPESA PÚBLICA DESCE PELA PRIMEIRA VEZ

**Na abertura do debate sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2006 na generalidade, o primeiro-ministro, José Sócrates, apresentou-se no Parlamento com a consciência plena de que estava ali para defender um documento sério, realista e verdadeiro, que pela primeira vez, em muitos anos, aponta para um abaixamento efectivo da despesa pública.**

Tratou-se de uma intervenção forte, convicta, onde as linhas programáticas e os argumentos apresentados surgiram esvaziados de malabarismos contabilísticos ou mentiras piedosas, pressupostos tão em voga no discurso e na prática de anteriores governos, com as consequências e os resultados que se conhecem na nossa vida colectiva.

O Orçamento aprovado na generalidade com os votos favoráveis do PS, procura alcançar, como defendeu o primeiro-ministro, os objectivos de consolidação traçados após a correcção da situação do Orçamento de 2005, metas que vão ao encontro do prometido no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Trata-se, antes de tudo, de um OE sério, realista e de confiança, já submetido ao escrutínio da análise quer da comunicação social, quer dos parceiros sociais, quer ainda das diversas instituições nacionais e internacionais, para além de ter sido já amplamente debatido nas comissões parlamentares e mesmo pela opinião pública. Em todo o lado, referiu José Sócrates, os elogios e as análises confirmaram a credibilidade e a sustentabilidade deste documento.

É sério, como referiu o primeiro-ministro, porque se baseia numa avaliação rigorosa da situação das nossas finanças públicas, porque depois das fantasias do OE de 2005, com 1000 milhões de dividendos que de antemão se sabia que nunca entrariam no cofres do Estado, ou dos 500 milhões de euros da venda de património que nunca foi identificado, ou ainda depois de 5,5 mil milhões de diferença entre o défice orçamentado e o défice apurado pela Comissão Constância, "eis que com este Orçamento, o país fica a conhecer sem nenhuma espécie de fingimento a verdadeira situação das contas públicas". É realista, por outro lado, porque recusa as fantasias que marcaram o espírito e a lógica dos orçamentos anteriores, com as consequências que daí advieram em relação à credibilidade e à confiança dos cidadãos e dos agentes económicos.

Finalmente, é um OE verdadeiro e de confiança, porque não apresenta truques nem artifícios. Acabaram-se as cativações generalizadas de 21,4 por cento no PIDDAC "que escondiam dotações meramente virtuais, ou a crónica sub-orçamentação na saúde para escamotear as ineficiências de gestão e o desequilíbrio nas contas". E acabaram-se, por fim, como também disse, as receitas extraordinárias, "como arte do fingimento e forma de vender ilusões", com

consequências nefastas, nomeadamente para os orçamentos futuros.

Trata-se pois de um OE de mudança, um documento que aponta para a efectiva redução da despesa pública, algo que acontece pela primeira vez, como sublinhou José Sócrates, e que "representa uma inversão na trajectória ascendente da despesa dos últimos anos".

## Há vozes que não têm credibilidade

Seguindo o adágio popular, «faz o que te digo não faças o que eu faço», a oposição de direita, lembrou o primeiro-ministro, vem agora com "ar emproado e doutoral", advogar em teoria a consolidação orçamental pelo lado da despesa, reclamando contra o excessivo peso do Estado ou do despesismo dos ministérios e das autarquias locais ou ainda da ineficiência da gestão pública. Os que reclamam, são os mesmos que, quando tiveram o poder nas mãos, "sempre aumentaram a despesa pública fazendo exactamente o contrário daquilo que agora dizem defender".

Como enfatizou o primeiro-ministro, "palavras há muitas, mas os factos é que contam". E o que conta, prosseguiu, é que de 2002 a 2005, a despesa pública em percentagem do PIB aumentou sempre, todos os anos, subindo de 46,1 por cento do produto em 2001 para 49,3 por cento em 2005. Esta tem sido pois a trajectória ascendente que este orçamento, disse José Sócrates, quer e vai conseguir inverter, "fazendo cair a despesa pública em 0,5 por cento em percentagem do PIB". Ou seja, e pela primeira vez nos últimos anos, a despesa desce, em vez de subir, constituindo um "passo novo no caminho certo para a consolidação orçamental".

Mas o despudor não tem limites, referiu o primeiro-ministro. Muitos dos que, subitamente, acham agora que todos os projectos são faraónicos, "são os mesmos que apoiaram, subscreveram e prometeram já para amanhã projectos de muito maior dimensão do que aqueles que o Governo actual se propõe levar a cabo tendo em vista a modernização do país". É caso para dizer que bem prega Frei Tomás...

E o exemplo desta falsa gritaria por parte de alguma oposição, sobretudo da oposição de direita, está bem patente na indignação que demonstra em relação aos 10 milhões de euros que estão orçamentados para 2006 destinados à realização de estudos da rede de alta velocidade, quando em 2005, lembrou



*"Este é já um Orçamento vencedor. O OE para 2006 passou - e passou com distinção - o teste essencial da credibilidade na sociedade portuguesa."*

*"O Orçamento representa uma inversão na trajectória ascendente da despesa dos últimos anos, que pela primeira vez desce, em vez de subir."*

*"O despudor não tem limites. Muitos dos que acham que os grandes projectos são faraónicos são os mesmos que apoiaram projectos de maior dimensão."*

*"Este Orçamento não se destina apenas a enfrentar os problemas mais imediatos da conjuntura. Este Orçamento responde à crise actual das finanças públicas mas integra-se numa estratégia de reformas que visam, fundamentalmente, evitar crises futuras."*

*"Acabou o tempo do fingimento. Este Orçamento cumpre um rumo e obedece a uma orientação estratégica: conciliar a consolidação das contas públicas com a resposta aos problemas estruturais da economia portuguesa."*

*"Se há uma opção clara neste Orçamento é esta: a prioridade do combate à pobreza e, sobretudo, do combate à pobreza entre os idosos."*

*"Esta é a terceira vez na História da democracia portuguesa que um Governo do PS é chamado a resolver um problema orçamental grave e uma situação económica difícil. No passado, soubemos fazê-lo com resultados positivos. Fá-lo-emos agora de novo. Com os portugueses e a bem do futuro de Portugal."*

José Sócrates, "orçamentaram e votaram 28 milhões de euros - quase o triplo - precisamente com o objectivo de levar a efeito os estudos referentes a este mesmo projecto".

A este propósito, o primeiro-ministro lembrou que "já todos assistimos a muitas reviravoltas na política, mas faltava-nos assistir ainda a tamanho desplane".

De facto, um partido como o PSD que ainda há menos de um ano detinha responsabilidades governativas e se apresentava como um convicto e acérrimo defensor do projecto da alta velocidade, um partido que há menos de um ano assinou com um governo estrangeiro um compromisso em nome do Estado português para a realização deste

deste desígnio, e que se comprometeu, já para 2009, com inaugurações, transforma-se agora, recordou o primeiro-ministro, "só porque passou para a oposição, num feroz opositor deste mesmo projecto". Isto, na opinião de José Sócrates, chama-se "irresponsabilidade, inconstância na defesa dos princípios políticos e zigzagues ao sabor de oportunismos do momento".

## Um Orçamento com rumo

Mas não se pense que o OE para 2006 apenas pretende enfrentar, e por aí ficar, os problemas mais imediatos da conjuntura, como seja, nomeadamente, a questão grave das finanças públicas. Como garantiu o primeiro-ministro, este Orçamento integra-se numa estratégia mais vasta que aponta para a realização de reformas profundas, capazes de responder de forma eficaz às diversas situações económicas e sociais que o futuro não deixará de apresentar. Trata-se pois, de, por um lado, consolidar as contas públicas e, por outro lado, dar respostas aos diversos problemas tanto de âmbito social como económicos.

E neste sentido, recordou, alguma coisa já começou a ser feita no seguimento das medidas anunciadas pelo Governo há cerca de seis meses. É o caso da convergência dos regimes de protecção social entre o sector público e o sector privado, as leis que hoje estabelecem a uniformização dos regimes de assistência na doença no sector público, a suspensão dos regimes de incentivo à antecipação da idade da reforma, a eliminação de numerosos regimes especiais de

aposentação na função pública, o fim do regime especial das subvenções vitalícias dos titulares de cargos políticos ou a disciplina introduzida nas condições de acumulação do vencimento de cargos públicos com o rendimento de pensões ou ainda o limite estabelecido nas regalias dos administradores das empresas públicas, o processo de auditoria aos ministérios, no quadro da reestruturação e modernização da administração pública ou no combate à fuga e à evasão nas contribuições devidas não só ao fisco como à segurança social.

São medidas como estas que tornam o actual Governo credível e que mostram aos portugueses, disse convicto José Sócrates, o caminho indicado para que livremente e responsabilmente se associem e se mobilizem em volta de políticas que são "necessárias, justas e indispensáveis para a sustentabilidade das políticas sociais que inspiram o nosso modelo de Estado Social". Daí o enfoque dado neste OE para 2006 em relação às políticas ligadas à solidariedade social. Na sua intervenção, o primeiro-ministro lembrou que, "se há uma opção clara neste Orçamento, ela aponta de forma prioritária para o combate à pobreza, sobretudo a que atinge os mais idosos". É por isso que, reforçou, apesar dos constrangimentos orçamentais "as pensões mínimas terão um crescimento real, acima da inflação", assim como serão indexadas nos termos da Lei de Bases da Segurança Social, "as pensões mínimas ao salário mínimo".

Com referência a estes princípios, adiantou ainda José Sócrates, e em nome do efectivo combate à pobreza entre os idosos, este Orçamento permitirá começar a pagar, "já em 2006", o complemento social destinado aos pensionistas mais pobres, complemento que se destinará a ajudar aqueles que mais precisam e que nada mais têm a não ser os recursos escassos de pensões mais baixas.

Mas também se poderá apontar a este OE o objectivo de pretender qualificar um maior número de portugueses. Porque é por este capítulo, como aliás o Governo tem vindo a alertar, que passará muito do nosso futuro colectivo. Com efeito, regista-se na área da qualificação um dos maiores e mais graves constrangimentos ao nosso desenvolvimento e competitividade económica, razão por que este Orçamento aponta a qualificação como um dos centros das suas opções, assim como considera prioritário um investimento sério no Plano Tecnológico. Para o primeiro-ministro, este Orçamento consubstancia as medidas mais indicadas para ajudar a encaminhar Portugal, no mais curto espaço de tempo possível, para metas de desenvolvimento em tudo semelhantes às registadas nos restantes parceiros europeus, com finanças públicas equilibradas, "factor essencial para a credibilidade da nossa economia", objectivo que trará a necessária estabilidade ao país, de modo a poder responder de forma eficaz à confiança dos investidores abrindo novas janelas de oportunidades à qualidade de vida dos portugueses.

# SOCIALISTAS APROVAM O



***O líder da bancada parlamentar do PS, Alberto Martins, felicitou o Governo por ter apresentado um "Orçamento corajoso, sério, com carácter de futuro". Aliás, sublinhou, "como é exigível a quem tenha de resolver, simultaneamente, três questões básicas da actual situação portuguesa, como as contas públicas, a economia e o desenvolvimento sustentável e a preservação do Estado Social e políticas públicas".***

Alberto Martins, ao intervir durante o debate parlamentar do Orçamento de Estado para 2006, considerou, por isso, "surpreendente" que o maior partido da oposição tenha tomado a iniciativa de votar contra o Orçamento de Estado (OE) para 2006.

"O Governo está a combater o défice orçamental e fá-lo bem, mas há matéria que não é possível combater, que é naturalmente o défice de credibilidade da oposição liderada pelo PSD", disse.

E, a propósito, citou declarações do deputado laranja Miguel Frasquilho ao

Orçamento feitas nas páginas do hebdomadário "Povo Livre", bem como as posições de alguns economistas ligados ao PSD, como Miguel Belez e Mira Amaral, entre outros, reconhecendo a "seriedade e credibilidade" do documento apresentado pelo Governo e recomendando, por isso, a Marques Mendes o voto favorável do seu partido. "A decisão de não votar o Orçamento é para eles uma decisão irrealista e irresponsável", disse, acrescentando que o OE de 2006 "é credível e realista", ao contrário do OE "fantasmático" de 2005

do trio Santana/Portas/Bagão que apontava para um défice de 2,9 por cento, que se veio a verificar ser afinal de 6,83 por cento.

#### ***Orçamento de verdade***

Este é "claramente um Orçamento de verdade que marca fortemente a diferença do Orçamento anterior, um embuste apresentado aos portugueses, responsável por grande parte da quebra de confiança na economia nacional", afirmou Afonso Candal, no debate parlamentar na generalidade do Orçamento de Estado para 2006.

O deputado socialista pôs em relevo as contradições da bancada laranja relativamente à consolidação das contas públicas no lado da despesa, salientando que no caso do Serviço Nacional de Saúde (SNS) "ao Governo bastava ter seguido a receita do último Executivo de suborçamentação do SNS e essa consolidação era feita em 1,1 por cento do PIB instantaneamente". Contudo, frisou, "essa não era a verdade, estava-se a enganar os portugueses, era pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde". Por outro lado, referiu Afonso Candal, o aumento da despesa ao nível da segurança

social deve-se ao facto do Orçamento do Estado para 2005 ter um défice previsto para o exercício de 2005 da segurança social de 45 milhões de euros. Ou seja, explicou, "a segurança social não tem, para 2005, dinheiro para pagar as prestações de desemprego, de abono de família, as pensões, os subsídios de doença. Faltam-lhe 45 milhões de euros". Perante este quadro, o deputado do PS salientou o "enorme esforço" do Governo neste Orçamento, "aumentando as transferências em 12,6 por cento na segurança social", pretendendo chegar ao final do ano de 2006 com "um saldo positivo de mais de 100 milhões de euros".

Na sua intervenção, Afonso Candal esclareceu que a fórmula de cálculo do pagamento especial por conta "mantém-se inalterada", ou seja, as empresas que pagavam 39.999 euros continuarão a pagar o mesmo valor. E relativamente à tributação das pensões, um papão agitado freneticamente pelas bancadas da oposição, o deputado socialista esclareceu também que os 2.563.223 pensionistas que têm as pensões mais baixas, situadas abaixo dos 138 contos por mês, na moeda antiga, nada pagavam e nada continuarão a pagar.

"Quem é que, efectivamente, vai ter o maior prejuízo? Todos os rendimentos que estão acima dos 40.000 euros por ano, cerca de 572 contos por mês, porque começam a perder a dedução específica mais cedo. Quantos contribuintes estão acima dos 40.000 euros ano? Exactamente, 3016 pensionistas", disse. Segundo concluiu Afonso Candal, "a situação mais penalizada é a situação dos rendimentos de pensões de 74.022 euros por ano, ou seja, os rendimentos de pensão da ordem dos 1060 contos por mês, considerando, mais uma vez, 14 meses por ano".

O deputado socialista também desmontou as previsões do PCP quanto a um alegado congelamento dos salários da função pública durante os governos de António Guterres, o que não se veio a verificar. Ou seja, "o Partido Comunista enganou-se sucessivamente nas contas e, nos anos em que houve efectivo congelamento dos salários da função pública impostos pelos governos de direita, não se manifestou com a mesma veemência com que se manifesta em relação aos governos do Partido Socialista. Pelo menos, não consegui encontrar qualquer notícia de jornal que desse conta disso", acusou.

# ORÇAMENTO DE FUTURO



## Modernização da administração pública

Outro dos oradores no debate do Orçamento, o deputado do PS António Gameiro, afirmou que o Governo está "a conduzir uma estratégia de desenvolvimento para o país, onde a modernização da administração pública é uma componente essencial", que deve "contribuir igualmente para a consolidação sustentada das finanças públicas e para o crescimento económico".

Segundo o parlamentar socialista, "não se trata de fazer a 'grande reforma da administração pública', mas de lançar as bases de um processo reformador firme e consequente", para alcançar "uma administração eficaz que sirva bem os cidadãos, as comunidades e as empresas, concretizando as expectativas que os cidadãos têm de um Estado moderno".

Esta "urgente necessidade" de fazer face ao desequilíbrio das finanças públicas, referiu António Gameiro, "obrigou o Governo em 2005 a tomar algumas medidas relativas à administração pública, em alguns domínios, em particular no plano da reestruturação das carreiras e regimes de pensões e em

alguns aspectos da gestão da função pública".

Medidas que, sublinhou, "enquadram-se nas perspectivas do Governo para a evolução a imprimir à administração do Estado, e estão para além do esforço, de curto prazo, de reequilíbrio das finanças públicas".

Na sua intervenção, o deputado socialista salientou ainda que o "processo reformador" levado a cabo pelo Governo "aponta para um Estado e uma administração pública mais eficientes e ajustados aos recursos do país" e, por outro lado, "para uma administração pública menos produtora, no caso de certos serviços, e mais reguladora e fiscalizadora, mais próxima dos cidadãos e assegurando eficazmente o exercício dos seus direitos", como são os casos das medidas de descongestionamento da justiça que este Orçamento do Estado finalmente consagra. António Gameiro realçou ainda que a despesa pública em termos do PIB "é reduzida pela primeira vez desde há muitos anos", lamentando que "os grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP, que tantas vezes nesta câmara têm afirmado estar ao lado do Governo no esforço de contenção e consolidação orçamental", votem contra o Orçamento.

## Receitas autárquicas superam inflação

Por sua vez, o deputado socialista Luís Pita Ameixa afirmou que, relativamente à administração local, espera-se, para 2006, "um quadro relativamente favorável de progressão positiva das suas receitas e meios de financiamento postos à sua disposição".

Segundo Pita Ameixa, o Orçamento para 2006 aponta "uma evolução positiva" das receitas autárquicas de 294 milhões de euros, um aumento percentual de 4,1 por cento face ao ano de 2005, que supera a inflação prevista.

Para esse acréscimo, explicou, "contribuirão as receitas próprias, sobretudo as receitas fiscais provenientes da tributação do património", mas também se destaca "o esforço do Estado no sentido de aguentar e assegurar transferências para as autarquias locais em montante igual ao do ano transacto de 2005" e, igualmente, "o alargamento da capacidade não limitada de endividamento a novas áreas da sua actuação legal".

Por outro lado, o deputado socialista sublinhou que "o poder local é um poder autónomo mas não vive num país

autónomo idealizado", referindo que, por isso, se consagrou na Lei das Finanças Locais e na Lei de Enquadramento Orçamental "uma regra que salvaguarda a possibilidade de as transferências do Orçamento do Estado serem estabelecidas em montantes inferiores, para assegurar o estrito cumprimento dos princípios de estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca, decorrente dos compromissos internacionais de Portugal assumidos no âmbito da União Europeia e nos termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)".

Salientando que Portugal está sujeito ao cumprimento dos parâmetros do PEC em matéria de finanças públicas até 2008, defendeu que "todos os sectores da vida nacional devem estar solidariamente comprometidos no seu cumprimento".

Na sua intervenção, Luís Pita Ameixa considerou ainda que a reforma do sistema de financiamento das autarquias, na qual o Governo já está a trabalhar a nível técnico, "constitui uma importante iniciativa que libertará os municípios do grau de dependência que hoje existe em relação à construção civil, no que toca à origem das suas receitas e, do mesmo modo, será também definido o regime legal de poderes tributários a exercer pelas autarquias municipais".

Mas, ressaltou, "tudo em obediência a um princípio basilar de que não serão afectados os actuais níveis globais de financiamento da administração local". Por nós, concluiu, "concordamos com a ideia que este Orçamento põe Portugal no bom caminho, com confiança, modernidade e esperança, com uma administração pública requalificada e mais eficiente".

## Sem segurança não há desenvolvimento

Por outro lado, a ideia de que "sem segurança não há desenvolvimento económico e democracia", foi defendida por João Serrano numa intervenção centrada na área da administração interna. É que, sublinhou o deputado socialista, "contrariamente a um pensamento tradicional que defendia que mais segurança era igual a menos liberdade, é claro, hoje, que a segurança é um elemento da própria liberdade que deve ser assegurado através de um combate em duas frentes simultâneas e complementares: a prevenção das causas e atenuação das consequências".

Referindo que os recentes acontecimentos ocorridos em França trazem para a ordem do dia este debate, considerou que, por isso, "é essencial a criação de uma cultura de segurança, baseada na autoridade legítima do Estado democrático de Direito e no entendimento que a segurança constitui uma questão de cidadania, determinante para contrariar a tendência contemporânea para a fragmentação e desagregação das sociedades".

No entanto, frisou, "esta visão não deve ser confundida com uma qualquer deriva

securitária", já que "a chave do problema reside na concretização de verdadeiras políticas sociais de inclusão".

Por outro lado, João Serrano referiu que numa apreciação à proposta de lei do Orçamento de Estado para 2006 no tocante à área da administração interna, "uma ideia fica desde logo clara: o Governo consegue uma redução da despesa total consolidada em cerca de 2,9 por cento".

E adiantou que "a credibilidade da proposta radica também no facto, de ao contrário do OE de 2005, não se verificar a suborçamentação das despesas de funcionamento da GNR e PSP nem haver lugar à transição das dívidas dos subsistemas de saúde".

Na sua intervenção, o deputado do PS sublinhou ainda que se há área em que o Governo apresenta uma "aposta clara" é a da protecção civil.

De facto, adiantou, "a protecção civil regista um aumento de investimento, que reflecte as várias reformas de fundo já anunciadas para este sector, designadamente no que toca à profunda reformulação do dispositivo de combate aos incêndios florestais".

## SCUT's são lucrativas

Já o deputado do PS João Cravinho defendeu que as auto-estradas SCUT's (sem custos para o utilizador) são lucrativas em termos orçamentais.

Ao encerrar pela bancada do PS o debate do Orçamento do Estado (OE) para 2006, no Parlamento, João Cravinho referiu um estudo dos professores Mourão Pereira e Jorge Andraz para sustentar que, embora sendo gratuitas, as SCUT "dão lucro ao orçamento".

"Considerando todos os fluxos actualizados à mesma taxa, os efeitos sobre o produto são 6,6 vezes superiores aos encargos financeiros para o Estado", explicou Cravinho, que enquanto ministro do Equipamento Social foi responsável pela concepção das SCUT's.

"O investimento realizado na construção das SCUT's tem efeito positivo no investimento privado, no emprego, no produto e na arrecadação de receitas fiscais em todo o país", disse, apontando o referido estudo.

O deputado socialista sublinhou que "o impacto total das SCUT's sobre o produto é da ordem dos 49 mil milhões de euros, a preços constantes de 1999", tendo ainda "um efeito positivo sobre o investimento privado de cerca de 23 mil milhões de euros, sem actualização, dos quais 6 mil no Norte, 38 mil milhões no Centro, 9,6 mil milhões em Lisboa e Vale do Tejo, 1,9 mil milhões no Alentejo e 1,4 mil milhões no Algarve".

João Cravinho sublinhou que a região de Lisboa e Vale do Tejo não tem qualquer SCUT e acrescentou que aquelas vias criaram "66 mil empregos". Quanto ao balanço entre despesas e receitas orçamentais, o deputado socialista referiu ainda que "todas as SCUT's se pagam a si próprias e são, portanto, orçamentalmente sustentáveis e até lucrativas".

# UM DISCURSO ECONÓMICO MOBILIZADOR EM TEMPO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

**MAXIMIANO MARTINS**

Coordenador do GP/PS para os Assuntos Económicos



O Partido Socialista reconhece a necessidade de um sólido processo de consolidação orçamental em Portugal. Não é de agora nem poderia ser de outra forma: o desequilíbrio persistente das contas públicas, a estagnação económica prolongada e as tendências demográficas com sérias repercussões sobre os custos sociais (em particular segurança social e saúde) tornaram imperativas medidas não apenas de contenção e inversão de tendências como, sobretudo, visando a sustentabilidade a prazo do próprio Estado Social – com todo o seu sistema de protecção dos mais fracos, acesso universal à educação e aos serviços de saúde, manutenção de pensões aos aposentados, protecção no desemprego, transportes e acessibilidades...

A abordagem do PS à consolidação orçamental não se confunde com a experiência recente dos governos de direita. Para o PS o combate pela consolidação orçamental passa por acções imediatas de controlo das despesas e receitas do Estado, mas está necessariamente ligado a reformas estruturais de médio e longo prazos, à valorização das políticas públicas e da abordagem estratégica nos assuntos do Estado e da sociedade e a objectivos de crescimento económico-social e de competitividade. Essas são marcas de um Governo socialista que esta legislatura não pode deixar de consagrar.

A consolidação orçamental está, pois, associada a objectivos de natureza social no médio e longo prazos. Está também associada a objectivos económicos: a própria sustentabilidade a prazo e a qualidade do crescimento económico em Portugal pressupõe uma afectação de recursos mais intensa visando objectivos de competitividade – e isso são as empresas que garantem o que obriga a desviar, selectivamente, recursos para o tecido empresarial e para as políticas públicas com incidência microeconómica. Esta segunda valência da consolidação orçamental, visando objectivos económicos, liga-se a um aspecto absolutamente decisivo quando se analisam os défices da sociedade portuguesa: é que o “tão endeusado” défice das contas públicas é apenas um dos desequilíbrios da economia e da sociedade portuguesas. Mais determinante do que aquele défice interno (das contas públicas) são o défice externo e o défice de qualificações dos portugueses. Esses sim são persistentes, determinam intensamente o futuro de todos nós e não se resolvem num curto período nem apenas com a acção do Estado. Num contexto de Zona Euro a margem de manobra da política económica em Portugal é curta: fora do contexto da moeda única resolver-se-ia com o empobrecimento geral da população portuguesa, por

via das desvalorizações cambiais do escudo, numa percentagem apreciável – certamente não menos de 30 a 40 por cento!

De resto, défice externo e défice de qualificações estão ligados. E estes estão, por sua vez, ligados ao défice interno das contas públicas. Um triângulo que tanto pode ser perverso como virtuoso...

Estando o quadro de desvantagens competitivas de Portugal em matéria de escolaridade, competências e qualificações – face aos nossos tradicionais parceiros europeus como, agora, face aos novos países da União Europeia e mesmo face a concorrentes mundiais no espaço de globalização que é o mundo moderno – diagnosticado amplamente passarei, neste curto artigo, à análise do défice mais relevante da economia portuguesa que são os desequilíbrios com o exterior.

O défice com o exterior é bem revelado por, entre outros indicadores, um desequilíbrio da balança de transacções correntes (balança corrente + balança de capital) que atingiu -9,1 por cento em 2001 e cerca de -6,0 por cento em 2002 e 2004. É também revelado por uma continuada perda de quotas de exportação: nos quatro últimos anos (2001 a 2004) a procura externa de bens e serviços, para Portugal, cresceu 2,2 por cento, 1,7 por cento, 3,0 por cento e 7,1 por cento enquanto a nossa quota de mercado de exportações (bens e serviços) evoluiu -1,6 por cento, 0,7 por cento, 1,5 por cento e -1,9 por cento.

Esta situação persistente decorre das sérias debilidades que a economia portuguesa apresenta, dos handicaps competitivos das empresas portuguesas e, em geral, do padrão de especialização da economia assente em actividades pouco intensivas em conhecimento, tecnologicamente pouco evoluídas, pouco propensas à inovação de processos e produtos e com pouca capacidade autónoma/endógena em termos de marcas e processos comerciais e de distribuição.

E hoje, num mundo de globalização, não bastam baixos salários e uma competitividade apenas baseada em preços e baixos custos... Num mundo global há sempre alguém que oferece mão-de-obra mais barata e custos mais baixos!

A resultante desta situação estrutural é, no passado recente, uma tendência de crescimento muito fraca da economia portuguesa num longo período. Esta situação apenas foi contrariada por factores favoráveis – não repetíveis *ad infinitum* – como os fundos comunitários e a queda da taxa de juros com a adesão ao euro ou ainda a implantação de algum investimento directo estrangeiro relevante. A divergência da média

europeia é outra evidência destes “handicaps” competitivos.

Este é o diagnóstico. Porém, face às dificuldades é altura de acção. Essa é a missão que o povo português atribuiu ao Governo do PS conferindo-lhe uma expressiva maioria absoluta.

Apostas estratégicas fortes, uma clarividente visão prospectiva, colaboração estratégica entre o Estado e o sector privado em torno de parcerias mobilizadoras, iniciativas de “clustering” de âmbito nacional, sectorial ou territorial e políticas públicas adequadas poderão permitir uma decisiva redinamização económica. Em Portugal, face aos problemas atrás diagnosticados, é decisiva a focalização dos esforços públicos em torno de actividades estratégicas e de projectos prioritários. Como também não podemos ignorar nas opções políticas indispensáveis o sério problema português da insuportável qualidade do investimento público como, mais relevante e tão pouco referido, do investimento privado (5 vezes mais importante do que o investimento público!). Como ainda não podemos ignorar o facto do continuado distanciamento da produtividade da economia portuguesa face à maioria dos parceiros europeus – sabendo que no longo prazo é a produtividade que verdadeiramente determina os níveis de bem-estar de todos nós.

Estimular, qualificar e reorientar o investimento tanto público como privado é essencial para obter sérios ganhos de produtividade. Promover a integração estratégica a partir das grandes empresas nacionais é igualmente decisivo – como, a este propósito, entender e aceitar a falta de critérios estratégicos de médio e longo prazo na política de fornecedores de empresas como a EDP?

Nesta linha a política industrial é decisiva. Nesta orientação estão a trabalhar a Comissão Europeia – com a constituição de grupos de trabalho de alto nível, com propostas destinadas a sectores específicos e iniciativas para a competitividade, energia e ambiente, direitos de propriedade intelectual, melhoria da regulamentação, investigação e inovação industriais, acesso aos mercados, competências e gestão – bem como a OCDE e diversos países europeus.

Deste ponto de vista, o país precisa de um *discurso económico mobilizador*, gerador de confiança, aglutinador de competências e fomentador de parcerias estratégicas para o desenvolvimento – em parcerias entre o Estado e investidores privados tanto nacionais como estrangeiros, geradoras de ganhos de produtividade, em novos “clusters” de valor acrescentado.

# POLÍTICAS ADEQUADAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**MIGUEL COELHO**

Coordenador do GP/PS na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações



O Orçamento do Estado para o próximo ano, no que respeita às obras públicas, transportes e comunicações deve ser apreciado à luz do quadro geral de redução da despesa pública, onde o contributo do MOPTC para a recuperação financeira do Estado se traduz numa redução do investimento, sendo que a despesa consolidada apresentará uma redução de 2,6 por cento, com especial incidência nas despesas de funcionamento e no financiamento aos investimentos comunitários.

Contudo, pelas prioridades de investimento apontadas pelo Governo, conclui-se que este evidenciou a preocupação em garantir neste Orçamento um nível de prioridades, com dotação específica de verbas necessárias que garantem a continuidade dos projectos em curso, assim como não ignora a necessidade de se prestar um novo impulso a alguns investimentos essenciais para o desenvolvimento do país e importantes para o reforço da coesão nacional. Se, por um lado, privilegia as entidades públicas administrativas dotando-as com verbas do OE, aposta na dinâmica de candidaturas credíveis aos fundos

comunitários e deixa às entidades com receitas próprias e/ou capacidade de endividamento a possibilidade de recorrer a outras fontes, por outro lado, reveste a preocupação para com uma área muito sensível para a credibilidade, tranquilidade e confiança das populações e imperiosa, para um necessário bom funcionamento da economia nacional e regional, que é a área da manutenção da rede rodoviária, onde as verbas para este sector são reforçadas em cerca de 40 por cento, face ao orçamentado para 2005.

Importa assim salientar que o reconhecimento da necessidade de se favorecerem investimentos e políticas que promovam uma mais rápida integração dos corredores estruturantes do território na rede transeuropeia de transportes, com a imprescindível implementação e desenvolvimento das plataformas logísticas, com interligação aos portos de mar e aeroportos, como são o caso da Plataforma Logística do Norte, ou a de Sines, e a criação da Plataforma de Elvas, todas perspectivadas numa lógica multimodal, revelam uma correcta percepção política e orçamental no

sentido do serviço e desenvolvimento económico do país. Também a vontade em prosseguir-se com políticas e investimentos que favorecem a coesão nacional e o desenvolvimento regional são de saudar e perspectivam uma adequada política de coesão nacional.

Por último, realça-se que a prossecução dos estudos para o aeroporto da Ota não sobrecarregam este orçamento, uma vez que estão a cargo da empresa NAER e, que as verbas orçamentais destinadas ao TGV, para o prosseguimento de estudos técnicos e de viabilidade financeira, correspondem ao nível de investimento adequado para esta fase, tendo em conta o quadro geral das dificuldades financeiras do Estado.

Pode-se concluir, e face ao quadro geral de contenção e redução da despesa pública, que o verdadeiro desafio para o Governo em geral e para este Ministério em particular, será o de garantir que a execução orçamental seja fiel aos princípios gerais expostos. A bem das contas públicas e da credibilidade internacional de Portugal.

# OPERACIONALIDADE E ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ESTÃO ASSEGURADAS

**MARQUES JÚNIOR**

Coordenador do GP/PS na Comissão da Defesa Nacional



O orçamento do Ministério da Defesa Nacional segue as linhas orientadoras do Orçamento do Estado caracterizado pelo rigor, a contenção e a credibilidade, num quadro macroeconómico que é, como todos sabemos, de dificuldade acrescida da circunstância da necessidade de reduzir um défice “gigantesco” herdado dos governos do PSD/CDS.

Uma das características deste orçamento relativamente a orçamentos anteriores é a ausência de suborçamentação, tornando-o num exercício realista e fácil de compreender.

Existem, no entanto, duas questões que devem ser relevadas e que, numa primeira análise, podem levantar algumas dúvidas: é o caso do PIDDAC que tem um valor inscrito insuficiente para fazer face ao Programa de Construção dos Patrulhas Oceânicos e de Combate à Poluição, em construção nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), que pode conduzir à legítima interrogação sobre o futuro deste programa que é absolutamente necessário e é a necessidade do financiamento do Fundo

de Apoio aos Antigos Combatentes.

Quanto ao PIDDAC, o ministro da Defesa Nacional afirmou, de forma inequívoca, que o Programa dos “Patrulhões” não será prejudicado, recorrendo-se à sua inscrição na Lei de Programação Militar (LPM), que está em fase de revisão, enquanto no que se refere aos ex-combatentes o Governo herdou uma situação muito difícil na medida em que, apesar do Fundo de Apoio aos Antigos Combatentes estar formalmente criado, ele não tinha um cêntimo! A alimentação deste Fundo está previsto ser feita por alienação do património da defesa nacional mas o ministro da Defesa referiu que o seu ministério, só por si, não consegue satisfazer todas as necessidades pelo que terá de haver, a curto prazo, uma nova análise da situação garantindo, no entanto, que enquanto se mantiver o actual quadro legal o Governo cumprirá os compromissos assumidos.

No que se refere aos grandes números do orçamento podemos dizer que,

no caso da Defesa, se prevê um valor total da ordem dos 2.077,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1,4 por cento em relação ao orçamento inicial de 2005. O peso do orçamento da Defesa Nacional na Despesa da Administração Central passa de 4,1 por cento para 3,8 por cento e no Produto Interno Bruto de 1,5 por cento para 1,4 por cento.

No que se refere à despesa de funcionamento, há um decréscimo enquanto no que se refere ao valor total do investimento há um aumento como resultado do valor da LPM inscrito para este ano (299,9 milhões de euros) como resultado da imposição da respectiva lei, embora a proposta do orçamento preveja uma cativação de 40 por cento.

O orçamento da Defesa para 2006 é pois um documento enquadrado nas linhas gerais orientadoras do OE, que garante, no quadro das dificuldades conhecidas, o essencial da organização e da operacionalidade das Forças Armadas no cumprimento das suas missões constitucionais.

# A OPÇÃO DO FUTURO ESTÁ PLASMADA NO OE DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

O Orçamento do Estado para 2006 é — na parte que diz respeito à Educação, à Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e à Cultura, e como acontece na sua globalidade — um Orçamento credível, de consolidação e de crescimento. Porque é credível, de consolidação e de crescimento o programa de Governo a que diz respeito, e para cuja execução será um instrumento fundamental.

Em matéria de política para a Educação, o grande compromisso assumido pelo Governo é ultrapassar o défice de qualificação da população portuguesa, com vista a contribuir para o aumento da coesão social e da modernização económica e tecnológica do país. Sendo este um programa para uma legislatura, ao prever, para 2006, um aumento das despesas da Administração Central com a Educação na ordem dos 0,2 por cento relativamente à estimativa de execução em 2005, e um aumento de 5,4 por cento no que diz respeito às transferências da componente social do ensino pré-escolar, significa que: se a situação difícil em que vivemos obriga a que a Proposta de Orçamento de Estado tenha como

orientação geral a diminuição da despesa e a melhoria da receita, um aumento pequeno no orçamento da Educação só o pode tornar *credível*; o facto de a Proposta considerar a continuação e o desenvolvimento, em 2006, dos grandes programas e linhas de orientação política para o sector lançadas e postas em prática desde que o governo entrou em funções, faz-nos antever um Orçamento de *consolidação*; e um aumento considerável nas despesas com o pré-escolar, leva-nos a pensar num orçamento que promove o *crescimento da coesão social*. O mesmo se pode dizer em matéria de *Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*: com um crescimento global de 6,3 por cento para o sector, que se transforma em 7,4 por cento quando se trata de reforçar o investimento em Ciência e Tecnologia (o investimento no Politécnico tem um aumento de 34,7 por cento), estamos na verdade perante um orçamento que promove a *modernização económica* e tecnológica.

No que diz respeito à *Cultura*, também há razões para estarmos optimistas: com

um aumento total de 5,3 por cento, uma parte considerável (23,4 por cento) do orçamento previsto é destinada a apoiar a criação artística e a difusão cultural. Este Orçamento, combinado com o da Educação e o da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, permitirá que se dê um passo importante na execução das políticas necessárias para a melhoria da qualificação da população portuguesa. A Proposta de Orçamento do Estado para 2006 representa a opção que o Governo fez pelo futuro em matéria de Educação, de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e de Cultura: consciente das dificuldades do presente, resultantes de opções erradas, ou menos avisadas, tomadas no passado, o Governo procura conciliar a necessidade de *reduzir o défice de qualificação*, que é um ponto central no seu programa, com um orçamento de rigor e de transparência, onde são igualmente assumidos quer o *aumento* nas áreas que promovem a coesão social e a modernização económica e tecnológica do país, quer a *redução* onde é necessária uma melhor gestão dos recursos disponíveis.

**LUIZ FAGUNDES DUARTE**

Coordenador do GP/PS na Comissão de Educação, Ciência e Cultura



# A VERDADE NA SAÚDE É O MAIS FIEL REFLEXO DO OE

Num tempo em que o saber e a qualificação marcam a diferença, em que a organização e responsabilidade são determinantes, o Governo apresenta um Orçamento credível, porque verdadeiro e mais responsabilizador, porque constitui um desafio à capacidade de gestão a todos os níveis de gestão dos serviços e dos recursos existentes.

O Estado moderniza-se finalmente!

A verdade orçamental encontra no sector da saúde o seu mais fiel reflexo. Pela primeira vez a saúde tem o dinheiro que prevê gastar, em relação ao orçamento inicial de 2005, haverá um aumento de 30,8 por cento de verbas para o Serviço Nacional de Saúde, correspondentes às necessidades de um ano. (O Orçamento rectificativo apenas serviu para corrigir a suborçamentação crónica do SNS). Inicia-se, com coragem, a defesa do próprio SNS com uma política de moralização de custos dando combate ao esbanjamento e ao desperdício.

A gestão das estruturas de saúde tem de recorrer aos instrumentos modernos de planeamento e de avaliação de resultados, com controlo de execução e até cruzamento de dados.

É também um Orçamento mais responsabilizador, mais rigoroso no cumprimento, tendo em vista o princípio do “Estado bom pagador”. Uma evidência da verdade deste Orçamento prende-se com a forma de pagamento das comparticipações públicas na venda de medicamentos nas farmácias; ao contrário dos anos anteriores em que o Estado recorria a adiantamentos do tesouro e saldava depois por recurso à banca (o Estado pagava com dinheiro

que não tinha!). Assim fez em 2003 em 300 milhões de euros; em 2004 em 600 milhões de euros; em 2005 em 800 milhões de euros; este Orçamento põe fim a este processo de bola de neve. Regularizar a dívida e cria um novo regime para efectuar esses pagamentos. Inclui uma norma que permitirá ao Estado contratar, através de concurso público ou procedimento por negociação, processos de intermediação financeira envolvendo instituições de crédito ou sociedades financeiras que garantam o pagamento atempado dos créditos decorrentes do fornecimento de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e demais serviços de saúde a fornecedores externos do Serviço Nacional de Saúde.

A conclusão a que muitos chegaram que “as farmácias têm demasiado poder em Portugal”, até poderia ser benéfica se não custasse milhões ao Estado, logo, a todos os portugueses.

Este esforço de contenção, com a diminuição nalgumas rubricas e a contenção da despesa, por exemplo, com pessoal, com um aumento de apenas 1,5 por cento servirá para rentabilizar os recursos e regenerar o Serviço Nacional de Saúde, que através do consagrado e avisado princípio de que a Saúde e a vida estão primeiro, se descontrolou despesa em benefício da qualidade.

A credibilidade deste Orçamento está também directamente ligada à capacidade e eficácia na resolução dos problemas.

Quando o Estado poupa, poupamos todos nós.

**MARIA ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS**

Coordenadora do GP/PS na Comissão de Saúde



# AS FINANÇAS LOCAIS NO ORÇAMENTO DE 2006

Vejamos um aspecto de entre os muitos que o Orçamento do Estado contém em matéria de finanças locais.

No ano de 2006 as autarquias vão receber de transferência financeira, por participação nos impostos do Estado, exactamente o mesmo que em 2005. A primeira vista pode parecer que isso constituirá um grande prejuízo e também uma injustiça para o Poder Local e as respectivas associações representativas (Anafre e ANMP) já disso mesmo se fizeram eco, aduzindo até que não é cumprida a lei.

Mas, bem vistas as coisas, não é assim. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a Lei das Finanças Locais, que é de 1998, estabelece uma fórmula de cálculo para definir a participação das autarquias nos impostos do Estado.

De acordo com essa fórmula 33 por cento da média da cobrança de três impostos (IVA, IRS, IRC) reverte para as autarquias, ficando para o Estado os restantes 67 por cento.

Para apurar este valor, em concreto, manda a lei atender à cobrança efectuada dois anos atrás. Ou seja, para se apurar a distribuição a fazer no Orçamento para 2006 atende-se ao valor de arrecadamento em 2004.

Isto tem de ser assim (como sempre tem sido, sem contestação) porque esse é o primeiro ano com a contabilidade fechada e em que se sabe, portanto, exactamente o que se cobrou.

O facto de ser sempre assim tem também a vantagem de fazer acompanhar a distribuição das receitas de acordo com a evolução da cobrança. Na verdade, de ordinário, de acordo com a evolução da economia nacional, pois é esta que determina a evolução da cobrança dos impostos.

Se o país produz mais riqueza e, logo, o Estado cobra mais impostos, temos mais para distribuir. Se se passar o contrário, então todos os sectores da Administração Pública contarão, logicamente, com menos dinheiro.

Está certo! As receitas dependem da verdade económica do país e da sua evolução.

Ora, o ano de 2004 foi um mau ano na arrecadação de impostos, pior do que 2003. (lembram-se de quem estava no Governo?) e, por isso, a aplicação daquela referida fórmula dá, em 2006, uma verba, para transferir para as autarquias, menor do que em 2005.

Porém, o Governo Sócrates acrescentou, na proposta de Orçamento, um reforço de cerca de 47,9 milhões de euros para o poder local, garantindo assim que este não baixará a sua participação nos impostos do Estado. Significa isto que as autarquias irão participar em mais de 33 por cento e o Estado em menos de 67 por cento nos impostos pagos pelos portugueses. Importa ainda sublinhar que vivemos tempos de crise e de cortes para todos os sectores da vida nacional e que a própria Administração Central terá menos verbas ao seu dispor em 2006.

Na verdade, ineditamente, a despesa do Estado desce e, em particular, a Administração Central terá, em 2006, menos 360 milhões de euros de dotação. Note-se bem: o Estado impõe-se gastar menos, ele próprio mas, para as Autarquias, assegurará uma transferência igual à de 2005.

Há uma outra regra, que não é de origem da Lei das Finanças Locais mas foi imposta, mais tarde, em Agosto de 2001, praticamente, já em andamento de processo eleitoral autárquico e num quadro parlamentar sem maioria do Governo, no sentido de estabelecer sempre e em qualquer circunstância que haveria um acréscimo das verbas a transferir para as autarquias de, pelo menos, o valor da inflação.

Contudo, a mesma Lei das Finanças Locais também dispõe que, em condições excepcionais, de falta de recursos e necessidade de cumprir compromissos internacionais, como é o caso do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que impõe o cumprimento de valores estritos de défice e de dívida ao nosso país, pode o Orçamento estabelecer transferências inferiores.

O Orçamento para 2006 transferirá, para as autarquias, o mesmo de 2005. Mas aquela norma cega, que manda sempre crescer as verbas autárquicas, não tem razão de ser, sobretudo em momentos de aperto e em cenários de diminuição de receita, pois, por absurdo, mesmo perante a mais severa crise económica, porventura perante um descalabro de arrecadação de impostos, perante a maior penúria de receita do Estado, lá estariam as verbas a transferir para este subsector sempre a subir, como se estas entidades vivessem noutra país. Por isso a nova Lei das Finanças Locais, que será aprovada em 2006, não a contemplará.

# O REFORÇO DO ESTADO SOCIAL

O actual Governo da nação propôs-nos, todos sabem, uma aposta clara no Estado Social. Nesta altura em que se discute o Orçamento de Estado para 2006 é reconfortante para os portugueses perceber que o Governo não se ficou pelas propostas nem pelas promessas mas passou aos actos. A concretização dos princípios da governação carece de medidas de política concretas e de meios para as concretizar.

Percorrendo a proposta de Orçamento de Estado em discussão, detivemo-nos numa tutela fundamental para a realização do Estado Social — o Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS) que nos propõe um orçamento solidário e sustentado, de rigor e consolidação.

No seu programa de acção para 2006 o MTSS fez apostas estratégicas de extrema importância que podemos situar em três sectores primordiais, a saber:

## Mercado de Trabalho, Emprego e Formação Profissional

Aqui é de salientar o Plano Nacional de Emprego que implica uma colaboração estreita com a tutela da Educação. O MTSS aposta na promoção e desenvolvimento do capital humano, no quadro de um sistema de formação contínua e aprendizagem ao longo da Vida. Destaque-se ainda, pela sua enorme importância, a iniciativa das “Novas Oportunidades” que estabelece o 12º ano como referencial mínimo de formação de todos os jovens, colocando metade deles em vias profissionalizantes do ensino secundário e promovendo a qualificação de um milhão de activos, como forma de recuperação dos seus níveis de escolaridade e qualificação profissional. O Orçamento de Estado para 2006 (OE), nesta área prevê um aumento de dotação, em relação a 2005, na ordem dos 13 por cento.

## Protecção e Inclusão Social

A pobreza dos agregados familiares em geral e dos idosos em particular constitui um problema cuja existência se arrasta na sociedade portuguesa, colocando em causa a coesão social e intergeracional e que, por isso mesmo, reclama medidas concretas. Para combater esta situação o OE prevê a criação de uma Prestação Extraordinária de Combate à Pobreza dos idosos, para apoiar os pensionistas mais idosos e em situação de grave carência económica e prevê, ainda, a criação do Rendimento Social de Inserção, para apoiar as famílias mais desfavorecidas, nomeadamente as que têm crianças e jovens a cargo, designadamente no que respeita ao período de tempo

relevante para a aferição do direito à prestação social, de molde a assegurar patamares mínimos de subsistência. Mas o reforço da protecção social não se consegue sem uma aumento da fiscalização juntos daqueles que dela beneficiam e também aqui o MTSS faz uma aposta clara.

## Reabilitação

O actual Governo tem opções por políticas de Prevenção, Habilitação e Participação das Pessoas com Deficiência e promoção da sua participação nas diversas esferas da vida; a este propósito a primeira e mais clara aposta para implementação destas políticas é a criação da Secretaria de Estado Adjunta e da Reabilitação. Para o ano de 2006 estão previstos, entre outros a conclusão do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o Reforço das Comissões de Protecção a Crianças e Jovens em Risco; estes dois planos de acção têm no OE um reforço de dotação, em relação a 2005, respectivamente, de 17,1 por cento e 34,6 por cento.

O OE do MTSS totaliza 6 851,7 milhões de euros e corresponde a 4,6 por cento do PIB e a 12,6 por cento do total das despesas da Administração Central. O OE para 2006 regista, em relação ao ano anterior, um aumento de 601,8 milhões de euros a que corresponde uma taxa de crescimento de 9,6 por cento. Salientem-se ainda, a propósito deste Orçamento, dois aspectos fundamentais:

- a previsão de cobrança do IVA social (destinado a financiar o orçamento da segurança social) em 2006 ascende a 633 milhões de euros;
- as despesas de funcionamento do MTSS manifestam uma tendência decrescente, enquanto que as despesas de investimento crescem cerca de 52,4 por cento, em relação à execução prevista para 2005, sendo que a sua quase totalidade é financiada por verbas nacionais.

No seu conjunto, temos um orçamento de verdade e de rigor. *Solidário*, na medida em que reforça a protecção social dos que mais dela necessitam; *equilibrado*, pois apresenta, na óptica das contas nacionais, um saldo que passa de 45 milhões de euros negativo em 2005, para um saldo positivo de 101,8 milhões de euros em 2006; *sustentado*, pois é cumprida (finalmente!) a Lei de Bases da Segurança Social.

Eu diria mesmo, um orçamento *verdadeiramente socialista* que nas actuais circunstâncias nos deve orgulhar

**HELENA TERRA**

Coordenadora do GP/PS na Comissão de Trabalho e Solidariedade Social



## CONVERGÊNCIA NA PROTECÇÃO SOCIAL

# GOVERNO INTERVÉM EM NOME DO FUTURO

O projecto de lei que concretiza a convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da Segurança Social no que diz respeito às condições de aposentação e de cálculo de pensões está a ser discutido em sede de especialidade, na Assembleia da República, depois de ter obtido aprovação na generalidade.

Para a deputada socialista Teresa Diniz, a discussão em plenário desta iniciativa legislativa do PS marcou “um momento decisivo, se não mesmo histórico”. “Era, há muito, fundamental a aproximação dos dois sistemas”, afirmou a parlamentar socialista, sublinhando de seguida que a convergência proposta pela bancada do PS será feita “tentando compatibilizar os interesses do Estado e as legítimas expectativas de todos aqueles que estiverem em condições de se aposentarem”.

Ao fazer uma breve referência à crise financeira que o país atravessa, Teresa Diniz considerou que a actual conjuntura nacional não é a ideal para discursos dogmáticos e discussões doutrinais.

“Portugal e os seus compromissos obrigam que todos estejamos cientes que algumas medidas revestem particular sacrifício, mas que são plenamente necessárias sob pena de os funcionários/aposentados a breve trecho terem uma mão-cheia de nada e uma mão-cheia de coisa nenhuma, por ruptura do sistema”, alertou a deputada, saudando a coragem do Executivo liderado por José Sócrates pela coragem de se recusar a pactuar com a evolução desta situação.

“O Governo socialista teve a coragem – e é preciso passar já das palavras aos actos – para intervir rapidamente em nome do futuro”, disse, reafirmando que medidas como as que estão em análise impõem-se.

Mas também é de “elementar justiça”, segundo frisou, que os regimes público e privado se aproximem, salvo algumas excepções, uma vez que não existe actualmente nenhuma razão de fundo e relevante para não tratar os cidadãos por igual.

“Não há motivo real para que se mantenha tal discrepância de regimes”, vinçou, explicando de seguida que o diploma do Governo que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2006 é “equilibrado” e visa “garantir uma transição suave e justa” que previna a ruptura do sistema.

MR.

## REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

### 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

### 2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

### 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE .....  
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur  
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

### 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.



Em caso de dúvida, contacte-nos pela

Linha Azul

808 201 695

## PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA

# BANCADA DO PS PROMOVE AUDIÇÕES

A bancada parlamentar do PS está activamente empenhada em debater e alcançar um consenso em torno das questões relativas à procriação medicamente assistida. Para isso, vai promover audições públicas com todas as entidades que possam contribuir para o aperfeiçoamento do projecto de lei que, sobre esta matéria de inegável actualidade e importância, apresentou recentemente na Assembleia da República.

Assim, encontra-se em fase de discussão, no âmbito de um grupo de trabalho constituído para o efeito, um projecto cuja redacção final – espera-se – poderá “merecer aprovação alargada, mas não a qualquer preço”.

Em causa está o vazio existente no ordenamento jurídico que reclama, com evidente urgência, um quadro legal adequado aos avanços na medicina e na biologia que caracterizam a nossa época.

A este propósito, a deputada Maria de Belém, a quem coube a apresentação no Parlamento desta iniciativa legislativa do GP/PS, considerou que existência de normas éticas e quadros deontológicos aprovados por reconhecidos organismos supranacionais não dispensa a necessidade de criar “uma regulação jurídica em domínios de investigação científica e de prática clínica que podem interferir com a liberdade e a dignidade humanas”.

“É indispensável conciliar a liberdade de investigação com a salvaguarda da liberdade e da dignidade de todos os membros da família humana”, defendeu a antiga ministra da Saúde, para quem os temas como a esterilização, a inseminação artificial, o estatuto do embrião e do feto, as manipulações genéticas, os direitos do recém-nascido



e o direito à diferença entre outros, “vieram abrir campos novos de reflexão filosófica e de criação de ordenamento jurídico adequado”.

Depois de esclarecer que falar apenas em “dignidade da pessoa humana” não constitui uma fórmula mágica para resolver todos os problemas ligados a este tema, Maria de Belém apontou para o facto desta ideia surgir necessariamente associada a noções mais concretas como o consentimento informado, a integridade corporal, a não discriminação, a privacidade, a confidencialidade e a equidade, que são empregues também no léxico dos direitos.

“Por isso, é importante relacionar a biomedicina com os Direitos Humanos”, advogou a parlamentar socialista, acrescentando que “ninguém pode pôr

em dúvida que a engenharia genética e a clonagem reprodutiva têm relação com a preservação da identidade da espécie humana”.

Sobre as intervenções na linha geminal e a clonagem humana reprodutiva, a deputada socialista considerou “indispensável” a consciencialização de diferenças a partir dos fins que se visam e que tocam um universo tão sensível como a ética.

“Os princípios éticos da utilidade, de beneficência e da não maleficência tem aplicação nos sistemas e nos serviços de saúde. O trabalho no sentido de atingir os mais elevados *standards* na saúde tem que ser feito respeitando um princípio de justiça, de liberdade, de dignidade humana e de equidade”, concluiu Maria de Belém.

MR.

## UMA PROPOSTA COM PRINCÍPIOS

O projecto de lei da iniciativa do Partido Socialista em matéria de procriação medicamente assistida assenta nos seguintes princípios fundamentais:

- As técnicas que implicam manipulação gamética ou embrionária não constituem modo alternativo de procriação, mas antes métodos subsidiários;
- O recurso à procriação medicamente assistida deve assegurar à criança condições para o seu desenvolvimento integral, particularmente o direito a beneficiar da estrutura familiar, biparental, da filiação;
- Os actos requeridos pelas técnicas referenciadas têm obrigatoriamente de ser praticados em estabelecimentos com idoneidade comprovada técnica e cientificamente;
- Deve ser garantida a confidencialidade dos actos relativamente aos participantes das técnicas em causa;
- Todo o produto biológico de natureza genética que seja objecto de dádiva não poderá, em circunstância alguma, ser transaccionado, nem lhe poderá ser atribuído qualquer valor comercial;
- Será obrigatório em todos os actos relativos a técnicas de procriação medicamente assistida o expresso consentimento, livre e esclarecido, por parte dos respectivos beneficiários e intervenientes, sendo garantido aos

profissionais de saúde o direito à objecção de consciência que terá de ser explicitada;

- Devem ser consideradas finalidades proibidas as técnicas de procriação que pretendam obter determinadas características genéticas do nascituro, que envolvam a criação de clones humanos, de quimeras ou a fecundação interespecífica e ainda a maternidade de substituição e as inseminações *post-mortem*, a não ser em circunstâncias especificamente previstas;
- Preconiza-se a legalização de unidades de conservação de sémens;
- A dádiva de ovócitos só deve poder verificar-se em condições que efectivamente garantam o anonimato dos intervenientes;
- A criação deliberada de embriões excedentários não deve ter lugar na prática corrente da procriação medicamente assistida;
- Podendo ocorrer a criação de embriões que depois não venham a ser transferidos para o útero, advoga-se a sua congelação para transferência posterior para o casal beneficiário e, excepcionalmente, a sua doação para investigação científica;
- Prevê-se a constituição do Conselho Nacional da Reprodução Medicamente Assistida para orientação, decisão e acompanhamento no âmbito das referidas técnicas.

## GOVERNO PRESENTE EM VIANA DE CASTELO

# SÓCRATES ANUNCIA FORMAÇÃO PARA 650 MIL JOVENS E UM MILHÃO DE TRABALHADORES

*A aposta do Governo no aumento da qualificação de jovens e adultos foi reafirmada pelo primeiro-ministro, na inauguração do Centro de Formação e Exposições de Arcos de Valdevez. No final de dois dias de "Governo Presente" no distrito de Viana do Castelo, José Sócrates anunciou a criação do programa de formação profissional "Novas oportunidades", que vai abranger, até 2010, 650 mil jovens e um milhão de trabalhadores activos em cursos técnicos e profissionais.*

Salientando que "o Governo não se conforma com a falta de qualificação dos portugueses", o primeiro-ministro apelou a uma "mobilização nacional" envolvendo famílias, empresas e instituições para aumentar a qualificação e o nível de ensino dos portugueses, naquela que considerou a "batalha essencial de Portugal".

Segundo Sócrates, a única forma do país enfrentar com "confiança" os novos desafios passa pelo aumento da qualificação dos recursos humanos. "O que nos impede de competir melhor é o fraco nível de qualificação em Portugal", afirmou, referindo tratar-se de um "problema estrutural" que é necessário ultrapassar. E, a propósito, salientou que da população activa portuguesa, apenas 20 por cento tem mais do que o ensino secundário, números que colocam o país apenas ao nível da Grécia e da Turquia em matéria de qualificações profissionais e académicas.

"Não há nenhum país da União Europeia que tenha este número. Todos eles têm números muito maiores, acima de 50 por cento", disse, acrescentando que os novos parceiros de Leste na União Europeia, "que concorrem directamente connosco", têm taxas de 70 por cento de cidadãos com o 12.º ano.

"Não vamos desistir de inverter esta situação, embora a tarefa seja para vários governos e também não iremos ficar à espera das pessoas, vamos atrás delas em casa e nas empresas", sublinhou, frisando que esta "estratégia de médio prazo" passa pela intervenção definida pelo programa "Novas Oportunidades".

O chefe do Governo afirmou que o programa prevê que 50 por cento da oferta de ensino a nível secundário seja de vagas em cursos técnico-profissionais equivalentes ao 12.º ano, abrangendo 650 mil alunos nos próximos cinco anos.

No mesmo período, e através de um processo de validação de competências, adiantou, o Governo "quer requalificar, através de pequenos cursos complementares de formação, um milhão de trabalhadores, de modo a que passem a ter equivalência ao 12.º ano".

Sócrates garantiu ainda que as verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio

da União Europeia, ainda em fase de ultimização em Bruxelas, serão preferencialmente aplicadas em acções de apoio ao conhecimento e formação e à inovação tecnológica.

A anteceder a intervenção de José Sócrates, o ministro do Trabalho e da



## GOVERNO QUER PORTUGAL A LIDERAR APROVEITAMENTO DA ENERGIA DAS ONDAS

O secretário de Estado Adjunto da Indústria e Inovação afirmou que o Governo tudo fará para colocar Portugal "no mapa do mundo" como país com condições para desenvolver tecnologia para aproveitamento da energia das ondas.

Castro Guerra, que presidiu no dia 11 à abertura do seminário "Energia das Ondas", promovido pelo Centro de Energia das Ondas, referiu que a Direcção-Geral de Geologia e Energia (DGGE) está a estudar uma tarifa que rentabilize a aplicação deste tipo de tecnologia na produção de energia e que serão criadas condições aos investigadores para, com os investidores, desenvolverem essas tecnologias.

Por outro lado, adiantou, serão criadas condições de licenciamento para que os investidores "não soçobrem ao peso da burocracia".

Para o secretário de Estado, o facto de o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento da energia das ondas estar

ainda em fase embrionária poderá fazer da plataforma marítima portuguesa, em zonas circunscritas, um espaço onde elas podem ser desenvolvidas, sendo objectivo que Portugal possa dominar "uma das oito tecnologias actualmente em desenvolvimento".

Por sua vez, António Sarmento, director do Centro de Energia das Ondas, sustentou que existem condições para comercializar a energia produzida a partir das ondas do mar num prazo de quatro a cinco anos, salientando que Portugal "tem condições para se tornar num dos países líderes na demonstração e industrialização desta forma de energia".

António Sarmento disse apoiar a pretensão do Governo de criar uma zona-piloto, no sentido comercial, uma vez que é mais fácil criar situações de excepção em termos da regulamentação e dos processos de licenciamento numa zona delimitada.

Solidariedade Social, Vieira da Silva, referiu que no âmbito do programa "Novas oportunidades", serão criadas em 2006 mais de 8100 vagas em cursos profissionalizantes de nível 2.

### Cursos pós-laborais para adultos

Nos cursos de nível 3, correspondentes ao 12.º ano, haverá mais 5100 vagas e anunciou a inclusão nas escolas secundárias públicas de mais 45 turmas de ensino profissional.

O ministro referiu ainda que haverá mais 4500 vagas em cursos de educação e formação de adultos em 2006 e anunciou a criação em todos os centros do Instituto de Emprego e Formação Profissional de cursos de Educação e Formação de Adultos, em horário pós-laboral, o que sucede pela primeira vez.

Revelou que serão montados mais 67 novos Centros de Reconhecimento e Validação de Competências, e que serão envolvidos os chamados "grandes empregadores" no processo de qualificação profissional, a exemplo do que já sucede com a empresa Portugal Telecom. Neste sentido, procedeu de seguida à assinatura de um protocolo com os Estaleiros de Viana do Castelo, o qual envolve, também, o Ministério da Educação, e que se destina à validação de competências e à formação de 200 trabalhadores que não possuem o 12.º ano de escolaridade.

Por outro lado, o primeiro-ministro — que no dia anterior tinha inaugurado o IC1/A28 entre Viana do Castelo e Caminha, num percurso de 27 quilómetros, até Vilar de Mouros, construído em regime de SCUT — garantiu que as portagens não vão chegar ao Alto Minho, pelo menos no próximo ano, como "expressão da sua solidariedade para com uma região mais desfavorecida".

# PLANO NACIONAL DE CRESCIMENTO E EMPREGO APRESENTADO EM

*O Governo tornou público o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego para o triénio de 2005 a 2008. Trata-se de um conjunto de 125 medidas que visam dar corpo à agenda de modernização do país, promovendo o crescimento e o emprego tendo por base uma maior e mais sustentada coesão social.*

Em cerimónia realizada no Centro Cultural de Belém, o Governo apresentou o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), documento âncora consubstanciado num conjunto de medidas integradas no relançamento da Estratégia de Lisboa. As várias iniciativas que integram a Estratégia de Lisboa, recorde-se, foram assumidas em Conselho Europeu realizado no ano de 2000 na capital portuguesa, tendo aí sido estabelecido como finalidade dotar a Europa da capacidade de competir num contexto de globalização, com coesão social e sustentabilidade ambiental, através da aposta no conhecimento. Como sublinhou o primeiro-ministro, o PNACE pretende levar à prática o compromisso de modernizar o país aplicando a estratégia consensualizada pelos Quinze há seis anos em Lisboa. Para José Sócrates, a palavra-chave para a assumpção dos compromissos assumidos passa pelo conhecimento, inovação e pela tecnologia, matérias que, sublinhou, terão que ser objecto de importantes investimentos, quer através da qualificação dos recursos humanos, quer através de uma

maior divulgação dos sistemas de informatização do país e ainda no espírito de risco e inovação.

Na perspectiva do primeiro-ministro, com este Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, a Estratégia de Lisboa vai ser de forma sustentada posta em prática, ultrapassando-se, como defendeu, a apatia que ano após ano se vinha a verificar, quer em Portugal, quer nos restantes países da UE em relação a este programa de acção.

Os objectivos a atingir até 2008 com o PNACE, como sublinhou, por seu lado, Carlos Zorrinho, coordenador nacional da Estratégia de Lisboa, são vastos mas de grande significado para a consolidação do projecto europeu. Estão neste caso, como recordou, metas como a redução do défice das contas públicas para 2,8 por cento do PIB, o aumento do investimento público que se pretende duplicar gradualmente até 2009, a criação de condições capazes de ajudar a triplicar o investimento privado em sectores ligados à inovação e ao desenvolvimento, a obtenção de uma taxa de emprego global de 69 por cento, e ainda atingir uma taxa de crescimento anual da



## MEDIDAS A REALÇAR NO PNACE

### O que é o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego?

É um programa âncora de iniciativa pública em parceria com a sociedade civil, com um enfoque particular na salvaguarda do Estado social, na qualificação dos portugueses, na sustentabilidade ambiental e na aposta no conhecimento. Trata-se, em suma, de uma agenda para a modernização, um conjunto integrado de medidas, agrupadas em sete políticas transversais, capazes de dar um novo impulso ao crescimento e ao emprego em Portugal até 2008, ajudando a combater os constrangimentos à competitividade e valorizando os factores de diferenciação positiva. Do PNACE fazem parte sete medidas forças que importa realçar:

#### Crescimento Económico e Sustentabilidade das Contas Públicas

Garantir a sustentabilidade das contas públicas e proporcionar o crescimento a médio e longo prazo intervindo com equidade nos sectores da Administração Pública, Saúde e Segurança Social.

#### Governança e Administração Pública

Modernizar a Administração Pública com medidas firmes e coerentes, tornando-a mais eficaz e colocando-a ao serviço dos cidadãos e das empresas, respondendo às exigências do Estado moderno.



#### Competitividade e Empreendedorismo

Criar um ambiente de negócios estimulante para o investimento, desenvolvendo a cultura empresarial e criando mecanismos de apoio à internacionalização e à criação de dimensão competitiva.

#### Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover a inovação, reforçando a competitividade da economia e a coesão da sociedade portuguesa.

#### Coesão Territorial e Sustentabilidade Ambiental

Uma política territorial integrada, combatendo assimetrias de desenvolvimento e contribuindo para a utilização sustentável dos recursos naturais e dos transportes e para a qualificação do sistema urbano e das cidades.

#### Eficiência dos Mercados

Garantir um maior nível de concorrência efectiva, contribuindo para alcançar uma maior eficiência dos mercados e o acesso aos factores em condições mais competitivas.

#### Qualificação, Emprego e Coesão Social

Modernizar os sistemas de emprego, de ensino e de formação profissional de forma a poderem responderem aos novos paradigmas da sociedade do conhecimento e aos desafios da globalização e do desenvolvimento demográfico.



# MENTO M LISBOA

riqueza de 2,6 por cento. Do programa fazem ainda parte medidas como a construção do novo aeroporto de Lisboa, a implementação de uma rede de alta velocidade e todas as medidas previstas no Plano Tecnológico e no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) já tornados públicos pelo Governo e entretanto já enviados em Maio passado para Bruxelas.

As 125 medidas apresentadas estão englobadas em sete políticas transversais que compreendem o crescimento económico e a sustentabilidade das contas públicas, a governação e administração pública, a competitividade e o empreendedorismo, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, a gestão territorial e a sustentabilidade ambiental, a eficiência dos mercados e a qualificação, o emprego e a coesão social.

Medidas que para Carlos Zorrinho carecem de divulgação pública, de modo a que o Estado e os privados, como defendeu, possam ultrapassar os factores limitativos com que o país se debate ao nível do seu crescimento.

Para o coordenador do programa português, o PNACE dá seguimento aos objectivos da Estratégia de Lisboa, constituindo um ponto de partida no sentido de atingir as metas de consolidação das contas públicas e ultrapassar os factores restritivos do crescimento e do desenvolvimento português, apontando para o aumento da confiança e para a assumpção dos desafios da competitividade e do reforço da coesão social.

Agora que foram apresentadas e definidas as políticas e as medidas do programa, reforçou Carlos Zorrinho, "há que ir para o terreno, tornando-se necessário acompanhar a sua execução, incentivando os

actores envolvidos e divulgar o programa junto da sociedade civil".

Para Maria João Rodrigues, conselheira da União Europeia e especialista em questões ligadas ao emprego e qualificação, afigura-se de grande importância o programa agora apresentado, lembrando, a propósito, que deverá constituir um instrumento que possa permitir a Portugal melhorar os níveis da sua competitividade e simultaneamente reforçar a coesão social. Para esta especialista, importa, por outro lado, e no sentido de uma melhor definição das prioridades, que o desenvolvimento do programa passe de forma segura por um processo de redes de inovação duradouras, pelo reforço das empresas com capacidade de exportação e por uma aposta sustentada na formação dos portugueses.

A União Europeia (UE) vai agora apreciar até 15 de Dezembro este programa executado pelo Governo português que foi já entregue em Bruxelas no passado dia 21 de Outubro, cabendo à Comissão Europeia elaborar de seguida um relatório global, que deverá tornar público durante o mês de Janeiro de 2006, sobre a concretização da Estratégia de Lisboa nos diversos Estados-membros.

A apresentação do PNACE por parte do Governo português não surge agora por mero acaso. De facto, em Março deste ano, durante a presidência do Luxemburgo, os chefes de Estado e de Governo da UE decidiram relançar a Estratégia de Lisboa, determinando que cada Estado-membro deveria elaborar um plano nacional de reformas, perspectivando assim a promoção do crescimento económico e do emprego em todo o espaço europeu.

**RUI SOLANO DE ALMEIDA**

## AUDIÇÃO PÚBLICA "A ESTRATÉGIA DE LISBOA NA PERSPECTIVA DO GÉNERO"

### GOVERNO VAI APOSTAR NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Governo vai lançar um conjunto de iniciativas para promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e definir um programa estratégico em nome do qual possa ser valorizado o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, que será assinalado em 2007. Estas iniciativas foram anunciadas pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lação, durante uma audição pública organizada pela deputada Edite Estrela, para apresentar e discutir o seu relatório intitulado "A Estratégia de Lisboa na perspectiva do género".

Intervieram também nesta audição a presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Elza Pais, o coordenador nacional para a Estratégia de Lisboa, Carlos Zorrinho, e as jornalistas Fernanda Câncio e Inês Pedrosa, todos defendendo a necessidade de medidas activas para que a igualdade de género passe a ser assumida como um designio de toda a sociedade.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros referiu um conjunto de domínios em que a igualdade de género está entre as preocupações centrais da política do Governo, designadamente a nível das reformas da Administração Pública, no aumento em 50 por cento do número de creches para crianças com menos de três anos, programas dirigidos a profissões marcadas pela discriminação de mulheres, criação de novas formas de emprego e medidas para permitir conciliar a vida familiar com a profissional.

Para a deputada Edite Estrela, autora deste relatório e de mais dois relacionados com a condição das mulheres, não será possível que a Estratégia de Lisboa atinja os seus objectivos sem a participação das mulheres e sem que sejam corrigidas algumas discriminações. Porém, rejeitou liminarmente uma atitude em que as mulheres se colocam na posição de vítimas. "Rejeito o discurso da vitimização, tal como rejeito o da reivindicação. A

postura tem de ser a de quem faz parte de metade da humanidade; que sabe que há ainda um longo caminho a percorrer, mas que sabe onde quer chegar", afirmou.

"É necessário ultrapassar os estereótipos para se conseguir a plena igualdade. Homens e mulheres têm de partilhar todas as tarefas e responsabilidades a nível doméstico, profissional e familiar", disse. Daí que o seu relatório contenha também recomendações dirigidas aos homens, designadamente para que tenham maior participação na esfera familiar e para que sejam adoptadas novas formas de trabalho que permitam a conciliação entre a vida profissional e a privada.

Esta opinião foi também expressa por Elza Pais, que considerou que os homens têm de interiorizar este novo desafio e entrar no espaço doméstico.

Sublinhou também que não há modernidade sem igualdade de género, como o demonstra a prática dos países nórdicos.

## PRIORIDADES PARA PORTUGAL

São três os domínios que importa referir em matéria de prioridades subscritas no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego: o domínio macroeconómico, microeconómico e na qualificação, emprego e coesão social. Em relação ao aspecto mais global da economia, diz o PNACE, importa fomentar o crescimento do sector, consolidar as contas públicas e controlar o défice externo. Por outro lado, é ainda um objectivo prioritário, ao nível das políticas macroeconómicas, reorientar a aplicação dos recursos públicos, assim como garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção social. Por fim e ainda no que respeita às políticas de âmbito macroeconómico, de referir a necessidade de se retomar o processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da UE.

Quanto à política microeconomia, o PNACE aponta, entre

outras medidas, para a criação de um ambiente de negócios mais atractivos para a iniciativa privada, para o incremento do investimento público e privado em investigação e desenvolvimento (I&D), e para a promoção da melhoria dos processos produtivos. Outra das medidas apontadas respeita à necessidade de se preservar um Estado Social dinâmico e evolutivo, através de uma maior coesão social, territorial e ambiental.

Finalmente em relação à qualificação, emprego e coesão social, de referir, entre outras, as medidas que apontam para o reforço das políticas educativas, para a qualificação técnica e do conhecimento dos portugueses, para a prevenção e combate ao desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração, para a modernização do sistema de protecção social e para a promoção da flexibilidade com segurança no emprego num quadro de reforço do diálogo e concertação social.

## FUNDOS COMUNITÁRIOS

### APOSTAR NA CIÊNCIA, QUALIFICAÇÃO E CONHECIMENTO

O primeiro-ministro garantiu que Portugal está preparado e tem ideias muito claras para discutir com Bruxelas a aplicação dos fundos comunitários para o período de 2007 a 2013.

Para José Sócrates, tudo está já determinado ao nível do Governo e o país enfrentará com firmeza as discussões com Bruxelas porque dispõe, como referiu, de "orientações objectivas para concretizar a Estratégia de Lisboa".

Segundo sublinhou, Portugal já decidiu que os fundos comunitários incidirão sobretudo nas áreas da investigação, qualificação e do conhecimento.

Se Portugal quer responder aos desafios que se colocam num mundo globalizado e cada vez mais competitivo, advertiu, "tem de aumentar os níveis de inovação, de qualificação e de utilização de tecnologias". Para que este cenário se concretize, defendeu o primeiro-ministro, Portugal terá obrigatoriamente

que queimar etapas e apetrechar-se das necessárias qualificações de forma sustentada e célere.

Lembrando que para este Governo a Estratégia de Lisboa e a consequente resolução da aplicação dos fundos comunitários em inovação, investigação e conhecimento não é uma ideia surgida agora, "é algo que nos inspira desde 2000", José Sócrates sustentou o profundo empenhamento do seu Executivo nesta tarefa, lembrando que a introdução do ensino do Inglês no ensino básico, a colocação de mil jovens em estágios em pequenas e médias empresas e o regresso dos benefícios fiscais para as actividades ligadas à investigação científica e inovação "são bem o exemplo claro de que este Governo sempre colocou a temática do conhecimento e da qualificação na primeira linha das suas preocupações políticas".

**R.S.A.**



## EDUCAÇÃO E CULTURA DE MÃOS DADAS

# SERVIÇOS CULTURAIS ABREM-SE AOS PROFESSORES

Atento à promoção e enriquecimento dos professores, o Governo estabeleceu, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Cultura, um conjunto de medidas perspectivando uma maior oferta profissional aos docentes, permitindo-lhes, deste modo, empreender uma outra actividade junto de diversos serviços culturais.

Abre-se assim, simultaneamente, a oportunidade a uma maior mobilidade para as suas carreiras, nomeadamente em relação a todos aqueles que por razões temporárias possam estar impedidos de exercer a sua profissão de docentes, e, por outro lado, com a criação de um despacho conjunto dos dois ministérios, a possibilidade de ajudarem a promover um novo programa vocacionado para projectos educativos na área cultural.

Com esta decisão, o Governo deseja implementar uma mais acentuada mobilidade por parte dos professores, quer dos docentes ligados ao Ensino Básico, quer os que leccionam no Ensino Secundário, e que em ambos os casos pertençam aos quadros do Ministério da Educação, a possibilidade de temporariamente ou não, poderem ser afectados a actividades empreendidas por organismos tutelados pelo Ministério da Cultura.

Estão neste caso, e como exemplo, poderem trabalhar junto de museus, palácios, monumentos ou sítios

arqueológicos, ou ainda em arquivos, teatros nacionais ou em orquestras.

Poderão ainda como alternativa, desenvolver a sua actividade profissional no âmbito do novo Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da Cultura, desenvolvendo actividades que terão lugar nas escolas ou nos estabelecimentos sob tutela da Cultura, e que serão, como determinou o Governo, empreendidos em articulação com as escolas tendo como público alvo os respectivos alunos, criando deste modo uma maior oferta ao nível dos projectos educativos extracurriculares. Como ficou decidido em Conselho de Ministros, a afectação de professores a actividades no âmbito de serviços tutelados pelo Ministério da Cultura, passa a ser possível já no ano lectivo de 2005/2006, dependendo a sua concretização unicamente da candidatura dos próprios docentes. O processo de candidaturas será anunciado através de Edital, sendo a selecção dos professores conduzida pelo Ministério da Cultura, através de análise curricular e entrevista.

A partir daqui, os professores seleccionados exercerão as suas actividades por um período de um ano, durante o qual o programa será avaliado, podendo esta afectação prolongar-se por um espaço de tempo mais duradouro.

Contemplada está igualmente a possibilidade dos docentes optarem pela



reclassificação da sua carreira, solicitando uma mudança dos quadros do Ministério da Educação para o da Cultura, situação que a ocorrer terá sempre subjacente o parecer da tutela da cultura, que apreciará as suas necessidades futuras.

Para a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, esta disponibilização de recursos humanos por parte do Ministério da

Educação poderá contribuir de forma determinante para a revitalização da componente educativa dos organismos sob sua tutela, cuja actividade afigure-se prioritária no quadro de uma estratégia de formação de novos públicos para a área cultural, sector que, reconhece a responsável pela pasta da Cultura, "tem sentido fortes carências ao nível de quadros especializados".

Quando ao Ministério da Educação, e como reconhece a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, esta nova oportunidade proporcionará, por um lado, um novo plano de enriquecimento profissional dos professores e, por outro lado, "uma melhor e mais adequada diversidade da oferta extracurricular de ligação da escola à comunidade".

R.S.A.

## MAIS DE 200 MIL ALUNOS DO BÁSICO TERÃO LIVROS GRATUITOS

No âmbito do combate ao insucesso escolar e de uma política pró-activa de acção social que o Governo está a levar a cabo, mais de 200 mil alunos carenciados do ensino básico terão acesso a manuais escolares gratuitos dentro de três anos, segundo um anteprojecto legislativo do Ministério da Educação (ME).

A medida, orçamentada em dez milhões de euros, começará a ser aplicada no final da legislatura, abrangendo os alunos que frequentam o ensino obrigatório (até ao 9º ano de escolaridade) e que beneficiam do primeiro escalão da acção social.

Nestas condições, estão 68.500 alunos do segundo ciclo e 80 mil alunos do terceiro ciclo, segundo dados do ME referentes ao passado ano lectivo. Relativamente ao primeiro ciclo, o ministério estima que neste grau de ensino cerca de 150 mil crianças beneficiem de apoio, aproximadamente um terço do total de alunos da primária.

Quanto aos alunos do ensino básico abrangidos pelo segundo escalão da acção social, a tutela quer aumentar o limite máximo da comparticipação sobre o preço dos livros para reduzir o encargo das famílias com os manuais. No segundo escalão estão 16 mil alunos do segundo ciclo e 20 mil do terceiro ciclo.

De salientar ainda que o preço dos manuais no ensino secundário deverá descer, uma vez que os livros passarão a estar abrangidos pelo regime de preços convencionados, que até agora vigorava apenas no ensino básico. A proposta do Executivo socialista, apresentada no passado dia 11 pelo secretário de Estado Adjunto da Educação, Jorge Pedreira, prevê ainda o aumento do prazo de vigência dos manuais escolares de três para seis anos, para aumentar a possibilidade da sua reutilização, e a criação de um sistema de avaliação e certificação prévia dos livros que será aplicado, progressivamente, a partir de 2007.

A avaliação prévia de todos os manuais levará, no entanto, "alguns anos", uma vez que só irá aplicar-se aos livros que forem sendo lançados no mercado.

## MINISTRA DA EDUCAÇÃO ANUNCIA 40 MILHÕES PARA MELHORAR CONDIÇÕES NAS ESCOLAS

No final de "uma semana de trabalho com os sindicatos", a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, considerou, no dia 16, que chegou a "um bom acordo" com a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), a Pró-Ordem e o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário.

Prometendo diálogo com as estruturas sindicais, através de uma "reunião trimestral para avaliação dos processos negociais em curso e informação mútua", Maria de Lurdes Rodrigues afirmou que "há necessidade de um investimento nas escolas, tendo em vista melhorar as condições de trabalho e de ensino".

Neste quadro, anunciou que nos próximos dias serão publicados editais que "permitirão às escolas que tenham a iniciativa instalar gabinetes de trabalho para os professores", bem como "espaços oficinais e laboratórios para o desenvolvimento de currículos alternativos e áreas de formação alternativas de componente profissional mais forte". O ministério compromete-se também a fornecer meios tecnológicos actualizados, designadamente computadores



portáteis e "kits" multimédia, para preparação das aulas e desenvolvimento de projectos educativos.

O Estado vai investir 40 milhões de euros nestas melhorias.

## PS/AÇORES

## CONGRESSO DEBATE MOÇÃO GLOBAL DE CARLOS CÉSAR

O PS/Açores realiza no próximo fim-de-semana o seu XII Congresso Regional na ilha do Faial, onde 285 delegados vão debater uma única moção de orientação política global subscrita pelo líder Carlos César.

Na moção, intitulada "No Centro da Participação Cívica dos Açorianos", Carlos César defende a necessidade de o partido assumir "novas formas de fazer política", que permitam a resolução dos problemas da sociedade "de forma quase imediata".

"Os cidadãos já não aceitam que os seus interesses sejam discutidos em locais de difícil acesso, sem que a sua opinião seja ouvida", afirma.

O presidente do PS/Açores justifica este novo modelo de "interacção social" com a constatação de que "direita e esquerda, público e privado, deixaram de ter definições claras e estanques", o que obriga os partidos a não estarem, na sua opinião, "aprisionados a padrões de referência rígidos e inflexíveis".

No capítulo dedicado às autarquias, a moção defende a criação de um Livro Verde da Reforma do Poder Local nos Açores, que deverá ter o contributo dos partidos políticos, autarquias e governos Regional e da República.

Carlos César explica esta proposta com a necessidade de "uma maior articulação" entre os executivos açoriano, nacional e



as autarquias, de modo a que as políticas de cada um destes níveis de poder possam "ter um efeito multiplicador" no desenvolvimento dos concelhos.

Relativamente à Lei de Finanças Regionais, o líder do PS/Açores preconiza a sua revisão "com urgência" para garantir "uma mais concreta discriminação positiva" dos Açores.

Quanto às legislativas regionais de 2008,

o presidente do PS/Açores alerta que "não pode haver períodos de descanso" no interior do partido.

O documento destaca ainda o "orgulho na obra feita" pelo Executivo regional em vários sectores, o "percurso de pioneirismo e coerência" do partido no processo autonómico e a necessidade de trabalhar na "afirmação externa" do arquipélago.

## ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA NATO

## JOSÉ LELLO ELEITO VICE-PRESIDENTE

O secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, José Lello, foi eleito um dos quatro vice-presidentes da Assembleia Parlamentar da NATO. José Lello foi eleito durante a 51ª reunião anual da Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que terminou na passada segunda-feira, em Copenhaga, na Dinamarca.

O ex-ministro do Desporto e deputado do PS representa a Assembleia da República portuguesa na reunião daquele órgão consultivo da NATO, que elabora políticas e estratégias de defesa, em que participam 248 deputados e 53 observadores.

No primeiro Governo de António Guterres, José Lello foi secretário de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros e, enquanto deputado, integrou, por várias vezes, as comissões parlamentares de Defesa Nacional.

**Educação é fundamental para a globalização**

"O papel do Estado no século XXI" foi o tema central do 17º Simpósio Internacional que se realizou em Tunes, nos dias 8 e 9, e que contou com a presença de vários ministros do Governo tunisino e dirigentes políticos do RCD, o partido do presidente da República Ben Ali. Entre os principais oradores esteve o secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello.

Na sua intervenção, José Lello abordou o impacto da globalização nas soberanias nacionais e no desenvolvimento económico e social dos países. "A educação é uma das condições básicas para se poder participar na globalização. Sem um acesso generalizado à educação é impossível ter um domínio eficaz das tecnologias de informação e comunicação que lhe são estruturalmente inerentes e são fundamentais para o desenvolvimento social e económico", afirmou perante os mais de duzentos participantes tunisinos e internacionais.

Outros temas em discussão foram "A redefinição do papel do Estado", "O Estado e a sociedade de informação" e "As relações internacionais no século 21 – soberania e supra nacionalidade".

Entre as individualidades que participaram no colóquio destaque para o presidente do Parlamento da Tunísia e os ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação e do Equipamento, o secretário-geral do RCD e o ex-chefe da diplomacia francesa Hervé de Charrette.

OPINIÃO  
SEJAMOS CLAROS

As notícias não são propriamente animadoras em várias matérias que respeitam à União Europeia. Por isso, o melhor é sabermos o que se passa para que possamos analisar correctamente e podermos tirar conclusões políticas acertadas.

Da Comissão Europeia chegam-nos ecos de que o presidente da Comissão, Durão Barroso, tem a sua autoridade fragilizada e que a própria Comissão está muito "dividida", tendo em vista a dificuldade na abordagem de alguns temas politicamente delicados, por exemplo, a questão da liberalização dos mercados agrícolas, a directiva de serviços que, aliás, agora se encontra no Parlamento Europeu em trânsito ainda pelas comissões e todas as questões relacionadas com os novos fluxos migratórios.

Para além disso e apesar de recentes declarações de governantes franceses sobre a sua disponibilidade para negociar o pacote financeiro agrícola da União destinado à França, o certo é que a posição dos ingleses sobre o "cheque britânico" e a mais recente posição conhecida da Alemanha – e que resulta da plataforma de acordo entre os dois maiores partidos, SPD e CDU – que aponta para uma posição restritiva e muito intransigente (1 por cento do PIB) no que concerne à contribuição financeira da Alemanha para o Orçamento da União, tudo vem dificultar a possibilidade de acordo sobre as chamadas perspectivas financeiras 2007/2013 para a União.

Como se não bastasse tudo isto, na presidência inglesa em curso não se fala do Tratado Constitucional e, aqui e acolá, vão surgindo intervenções escritas advogando a tese do adiamento por três a cinco anos, para se discutir com os cidadãos europeus, formar-se uma sólida opinião pública e finalmente acordar-se os termos

de um novo Tratado Constitucional. Se atentarmos bem, qualquer uma destas questões tem ou deve ter a informá-las uma questão de fundo, essencial para nós socialistas e a saber:

o modelo social europeu em que nos revemos, como contraponto à agressividade liberal e ao modelo americano. A nossa matriz é de mais social, mais justa, mais equidade e equilíbrio no espaço europeu ocupado por 450 milhões de pessoas e por aqueles que diariamente o procuram, sempre com o objectivo de assegurar o desenvolvimento sustentado, o reforço da competitividade da economia europeia e também a garantia da segurança e da paz.

Grandes e justos são os objectivos, escassos os meios e difíceis os caminhos. Pois bem, sempre assim foi e só se consegue ir realizando com uma ideia forte e justa, um projecto sólido, participado, muito discutido e com princípios e valores em que nos revemos, em que se revêem os socialistas. O projecto de construção europeia tem no seu seio todos os elementos com os quais nos identificamos, se acreditarmos nele, se o alimentarmos permanentemente, se formos pacientes e constantes e se soubermos olhar para além da nossa rua, da nossa cidade, do nosso país e se olharmos para o futuro.

Como alguém disse, "a Europa somos nós". Façamos então, por isso, como um desígnio e a consciência de que as dificuldades de hoje serão superadas amanhã. Esta é, de resto, a lição da história dos 50 anos da difícil construção europeia.



**ARMANDO FRANÇA**  
Deputado na AR

OPINIÃO  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM ESPINHAS

O contributo deste artigo é apresentar propostas para um novo ciclo de desenvolvimento da Administração Pública (AP). Acções que correspondam às necessidades, desejos e expectativas dos seus "clientes", ou seja, todos nós.

É consensual (pelo menos em teoria) que é necessário implementar um novo ciclo de desenvolvimento na Administração Pública. Um ciclo que promova a sua abertura, eficiência e independência. Uma gestão estratégica que implemente melhorias organizacionais que passem por uma simplificação de processos e por uma AP focalizado nos seus "clientes".

Para isso é necessário que os dirigentes tenham conhecimentos e capacidades adequadas à liderança de equipas e serviços, departamentos e organismos. Serem agentes de inovação e de mudança cultural permitindo assim melhores níveis de qualidade, eficiência e eficácia nos serviços que prestam aos cidadãos, às comunidades e às empresas.

Os "clientes" só vão sentir uma mudança de atitude se essa mudança for interiorizada por quem é responsável por "prestar o serviço". Por quem, necessariamente, terá de assumir ser o "motor" dessa mudança. Sugiro assim algumas ideias que podem ser "facilmente" implementadas e que podem servir de alavanca dessa mudança:

- *Director por um dia*: implementar um programa que permita aos trabalhadores apresentarem as suas soluções, a sua visão sobre a direcção de um serviço, de um organismo da AP;
- *Newsletter* (jornal interno): via intranet ou por e-mail criar um ficheiro que permita a todos saberem as actividades do seu organismo, serviço ou instituição
- *Todos passarem pelo atendimento*: a melhor forma

de perceber as expectativas e necessidades dos "clientes" e ter um contacto directo com eles. Porque é que os dirigentes têm de estar fechados nos seus gabinetes afastados dos que são a sua razão de existência? Um dia por mês. Um dia por ano, que seja.

- *Manual da instituição*: criar um documento que descreva todos os produtos e serviços disponibilizados ao cidadão e às empresas.
- *Um dia de trabalho por mês de voluntariado*: faz sentido que os trabalhadores das instituições que promovem o voluntariado não assumam essa prática entre eles?
- *Atendimento telefónico*: já experimentaram telefonar para um serviço público e ninguém atender? Pode simplesmente acontecer que o serviço já esteja fechado. Uma simples gravação a informar o horário de funcionamento e a remeter, por exemplo para o site, diminuirá o descontentamento do "cliente".
- *Centro de BrainStorming* (tempestade cerebral): porque não criar uma equipa com jovens e colaboradores da AP que permitam discutir abertamente (e regularmente) programas e políticas de um organismo público.

Sem vencer os pesados obstáculos, de ordem essencialmente comportamental, de atitude e de postura perante o futuro dificilmente conseguiremos elevar a nossa Administração Pública para o nível e posição a que podemos e temos, legitimamente, obrigação de aspirar.



**CELSO GUEDES DE CARVALHO**

## CIMEIRA IBÉRICA

## LISBOA E MADRID COOPERAM EM EMPREGO E CIÊNCIA

A XXI cimeira luso-espanhola, a primeira entre os chefes dos governos socialistas José Sócrates e José Luís Zapatero, que decorreu nos dias 18 e 19, em Évora, ficou marcada pela assinatura de acordos nas áreas do emprego e da ciência, abrindo uma nova fase das relações bilaterais mais intensa nos diferentes domínios.

Tendo como cenário o Convento do Espinheiro, os Executivos de Lisboa e Madrid assinaram um acordo para a criação, já em 2006, de uma bolsa ibérica de emprego, que permitirá aos cidadãos portugueses e espanhóis acederem aos mercados de trabalho de ambos países. Ainda nesta área, Portugal e Espanha avançaram, em dois dias de intensos encontros bilaterais, com um programa de intercâmbio de estágios para jovens até aos 30 anos, cujo arranque está previsto para os primeiros meses do próximo ano. Os responsáveis lusos e espanhóis celebraram igualmente um acordo de reconhecimento recíproco de qualificações obtidas no âmbito dos cursos



ministrados pelos institutos de emprego e formação profissional dos dois países. Ao nível científico, Portugal e Espanha

assinaram protocolos de cooperação empresarial em investigação e desenvolvimento.

Os dois primeiros-ministros acordaram igualmente reforçar a cooperação transfronteiriça no combate aos incêndios florestais,

à imigração ilegal e ao tráfico de estupefacientes. Foi também objecto de acordo a prevenção da chamada gripe das aves. As questões relativas à criação de um mercado energético liberalizado ao nível da Península Ibérica — Mibel — e às ligações ferroviárias de alta velocidade — TGV —, foram também temas da agenda da Cimeira de Évora.

No campo da energia, os governantes portugueses e espanhóis centraram as conversações na questão da harmonização de tarifas.

Quanto à conclusão em território nacional da construção da linha ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, o Executivo português propôs ao Governo espanhol uma nova calendarização com termo em 2013.

No plano político, Sócrates e Zapatero enviaram uma mensagem à presidência britânica da União Europeia em que sublinham a necessidade de uma rápida conclusão das negociações em torno das perspectivas financeiras (2007/2013).

## EMPRESA NA HORA

## UM PROJECTO PARA MODERNIZAR PORTUGAL

**Em Portugal é já possível de forma rápida, fácil, barata e segura constituir uma empresa na hora. Esta iniciativa governamental constitui um passo significativo, tendo em vista a modernização da nossa economia.**

Através da iniciativa “Empresa na Hora” passa a ser possível a constituição de sociedades num único balcão e de forma imediata, estando já previsto para Janeiro de 2006 a possibilidade do recurso à Internet.

A partir de agora, todos aqueles que estejam interessados em iniciar um negócio não necessitam de obter, previamente, o certificado de admissibilidade da firma, junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, assim como deixa de ser necessário a celebração de escritura pública.

Com as novas regras introduzidas pelo Executivo de José Sócrates, no momento da constituição da empresa é entregue de imediato o cartão definitivo de pessoa colectiva, comunicado o número de identificação da segurança social, ficando, desde logo, na posse da empresa o pacto social e a certidão do registo comercial.

A iniciativa de modernização administrativa “Empresa na Hora” constitui, como refere o Governo, o primeiro passo para a simplificação do relacionamento das empresas com a Administração Pública, desiderato que se pretende perpetuar ao longo de todo o ciclo de vida da nova empresa, assim como proporcionar uma maior agilização da entrada no mercado às novas empresas, aspecto que contribuirá igualmente para melhorar os indicadores da nossa economia a nível internacional.

E os resultados já falam por si. Em apenas quatro meses, a “Empresa na Hora” já representa 52 por cento do total das sociedades constituídas nos centros de formalidades das empresas, local onde este serviço esteve até agora disponível. De facto, até 10 de Novembro, 1117 “Empresas na Hora” já foram constituídas, o que significa uma média de 13 empresas criadas por dia. A partir dos primeiros meses de 2006 a entrega electrónica da Declaração de Início de Actividade poderá passar-se a fazer junto da Administração Fiscal, eliminando-se deste modo, o único impresso ainda existente para a constituição de uma “Empresa na Hora”.

**Mais rápida, fácil, barata e segura**

Esta iniciativa, possibilita a quem desejar

abrir uma sociedade em Portugal nova formas de o fazer de maneira mais agilizada e apoiada.

**Mais rápida**, porque o tempo para a constituição de uma empresa, e segundo os dados já disponíveis, permitem afirmar que em média quem quis abrir uma empresa não levou mais de que uma hora e oito minutos.

**Mais fácil**, porque a “Empresa na Hora” é criada imediatamente, num único local e obedecendo ao princípio do balcão único.

**Mais barata**, porque custa menos do que seguir a via tradicional instituída até aqui, uma vez que a “Empresa na Hora”, custa 360 euros, já com as necessárias publicações incluídas e o imposto de selo. Mais barato será ainda a constituição e uma “Empresa na Hora”, que vise a inovação tecnológica, a investigação ou o desenvolvimento, que nestes casos terá um custo de 300 euros. O custo mínimo para a criação de uma sociedade pela via tradicional, recorde-se, ronda os cerca de 500 euros.

**Mais segura**, porque a Administração Fiscal e a Segurança Social passam a ter novos mecanismos de controlo, uma vez que ficam logo a conhecer, no momento da constituição da sociedade, que esta foi criada.

Os passos a dar são de rápida execução e de fácil compreensão. Os interessados

escolhem uma das firmas pré-reservadas pelo Registo Nacional das Pessoas Colectivas, de seguida escolhem um dos pactos sociais pré-approvados para a sociedade e logo de imediato a Conservatória regista a sociedade e entrega o cartão de pessoa colectiva, o número da segurança social, o pacto social que constitui a empresa e uma certidão do registo comercial. Segue-se a publicação na Internet, no sítio [www.mj.gov.pt/publicacoes](http://www.mj.gov.pt/publicacoes), que passa assim a ficar acessível ao público, com supressão da obrigação de publicação no “Diário da República”.

**Novos caminhos já a partir de Janeiro**

Uma nova fase está já preparada de modo a facilitar ainda mais a constituição de novas “Empresas na Hora”.

Com efeito, a partir do primeiro mês de 2006, os cidadãos e as empresas podem utilizar na abertura de uma “Empresa na Hora” um certificado de admissibilidade de firma que previamente tenham obtido junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

A constituição é comunicada electronicamente à Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), a qual disponibiliza de imediato o novo domínio.

Este serviço assegurado pela Fundação é gratuito para todas as “Empresas na Hora” durante o primeiro ano de vida da sociedade.

A empresa assim criada passa a poder utilizar endereços de e-mail personalizados e criar uma página na Internet. Até agora o serviço “Empresa na Hora” apenas esteve disponível em 6 locais: 2 postos de atendimento do Registo Comercial nos Centros de Formalidades das Empresas em Coimbra e Aveiro e 4 Conservatórias do Registo Comercial em Coimbra, Aveiro, Moita e Barreiro. A partir de agora, e desde este mês de Novembro, passarão a existir igualmente novos locais de atendimento, nomeadamente em Beja, Braga, Bragança, Guarda e Vila Nova de Gaia, para além dos já existentes, quer em Lisboa, quer no Porto. Paralelamente estão em vias de inauguração, previstos a partir de Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006, os centros de atendimento de Loulé, Sintra, Viseu, Évora, Leiria, Santarém, Viana do Castelo, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal e Vila Real.

Até Fevereiro do próximo ano serão instalados 24 novos locais de atendimento que vão permitir a constituição de empresas na hora, assegurando assim a completa cobertura territorial de Portugal continental.

R.S.A.

Accção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para [accasocialista@ps.pt](mailto:accasocialista@ps.pt)

www.psp.pt / accao